



## CAPÍTULO VI

*Lúisa Pinheiro\**

### AS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES AO NÍVEL DAS CONDIÇÕES E DA QUALIDADE DE VIDA NA REGIÃO NORTE

A multiplicidade de indicadores representativos das condições de vida dos indivíduos nos seus diversos aspectos são, na sua maioria, de difícil quantificação e frequentemente traduzem uma visão parcial da realidade. Nesse sentido, optamos por um conjunto de indicadores que, na nossa opinião, são susceptíveis de nos elucidar sobre as principais metamorfoses que a esse nível ocorreram no decurso dos anos oitenta e noventa do século passado. Com esse propósito, analisamos primeiramente as tendências em termos de políticas de protecção e de Segurança Social e, posteriormente, caracterizamos as condições de vida em matéria de habitação e de conforto das pessoas. Paralelamente, damos conta, ainda que de forma sumária, da evolução do desenvolvimento humano, económico e social na Região Norte e no país.

#### 1. Protecção Social

Antes propriamente de equacionarmos a evolução recente ao nível da protecção e Segurança Social em Portugal, e na Região Norte em particular, focalizamos a nossa atenção, num primeiro momento, no principal meio de vida da população residente naquelas unidades territoriais a fim de melhor enquadrar o nosso objecto de estudo. Importa, por isso, apreender qual a principal fonte de onde os indivíduos retiram os seus meios financeiros ou em géneros, necessários à sua subsistência<sup>1</sup>. Para tal, mobilizamos a informação estatística proveniente dos Recenseamentos Populacionais, produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Assim, no decorrer dos três últimos momentos censitários (1981, 1991 e 2001), constata-se que o principal meio de vida da população tem sido o trabalho, tanto na Região

---

\* Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Escola Superior de Ciências Empresariais de Valença, do Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

<sup>1</sup> Conforme definição utilizada pelo Instituto Nacional de Estatística. Acresce-se que o principal meio de vida é observado para toda a população com quinze ou mais anos de idade.



como no país. O número de pessoas que viviam a cargo da família baixou consideravelmente (Quadro 1), fenómeno associado, entre outros aspectos, à recomposição familiar, nomeadamente à quebra do número de filhos, à feminização da vida profissional e ao conseqüente decréscimo do peso das mulheres “domésticas”. Esta evolução foi acompanhada pelo aumento do volume dos indivíduos que beneficiavam de pensões, de subsídios (sejam de desemprego, de acidente ou outros) e de apoio social, situação que decorre, em larga medida, da expansão do Estado-providência<sup>2</sup>, sem dúvida uma das alterações mais significativas na sociedade portuguesa contemporânea.

Quadro 1

Distribuição percentual da população residente, com 15 e mais anos, por principal meio de vida e sexo

	1981			1991			2001		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
<b>Região Norte</b>									
Trabalho	49,7	68,3	32,9	52,2	63,9	41,6	53,7	63,7	44,5
Subsídio de desemprego	0,5	0,4	0,5	1,2	1,3	1,1	2,5	2,4	2,6
Subsídio temporário por acidente ou doença de trabalho	0,2	0,2	0,1	0,6	0,7	0,5	0,5	0,6	0,5
Outros subsídios temporários	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,3
A cargo da família	30,8	14,6	45,4	21,5	12,7	29,5	18,2	10,8	24,9
Pensão de qualquer natureza	16,9	14,5	19,1	18,9	16,2	21,3	21,7	19,7	23,5
Apoio social / Assistência	0,1	0,1	0,1	0,8	0,7	1,0	0,3	0,2	0,3
Rendimentos de propriedade	0,6	0,6	0,7	0,6	0,6	0,7	0,7	0,7	0,6
Rendimento Mínimo Garantido	-	-	-	-	-	-	0,6	0,4	0,8
Outra situação	0,9	0,9	0,9	3,9	3,8	4,0	1,6	1,3	1,8
<b>Portugal</b>									
Trabalho	48,7	68,3	31,0	49,5	61,9	38,2	52,6	61,9	44,2
Subsídio de desemprego	0,6	0,4	0,8	1,1	1,1	1,1	2,2	2,0	2,3
Subsídio temporário por acidente ou doença de trabalho	0,2	0,2	0,1	0,5	0,6	0,4	0,4	0,4	0,4
Outros subsídios temporários	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3
A cargo da família	30,5	13,5	45,9	23,0	13,4	31,8	17,7	10,9	23,8
Pensão de qualquer natureza	18,0	15,6	20,1	20,9	18,5	23,2	23,8	22,1	25,4
Apoio social / Assistência	0,2	0,1	0,2	0,7	0,6	0,9	0,3	0,3	0,3
Rendimentos de propriedade	0,7	0,6	0,7	0,6	0,5	0,6	0,6	0,7	0,6
Rendimento Mínimo Garantido	-	-	-	-	-	-	0,5	0,3	0,7
Outra situação	0,9	0,9	0,9	3,4	3,3	3,6	1,6	1,2	1,8

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

<sup>2</sup> Ainda que para alguns autores o modelo do Estado-providência em Portugal seja praticamente inexistente e, na maior parte das vezes, substituído e/ complementado por uma forte sociedade-providência, onde a dinâmica das redes de relações sociais se substituíram a um Estado omissivo no campo das políticas sociais. Situação que levou Santos (1999a) a caracterizar o Estado-providência português como um “quasi-Estado-providência”. Também Cabral (1997, p. 5) discute esta questão e afirma que em Portugal a “instalação e difusão de alguns dispositivos do Estado-Providência surge mais como o resultado, por assim dizer rotinizado, da evolução sócio-económica do que propriamente o correlato, em termos de direito individual à equidade, do processo de democratização enquanto publicitação e contratualização da cidadania democrática”.



Os elementos fornecidos pelo Quadro acima ilustram algumas daquelas mutações já referenciadas. Desde logo, um primeiro aspecto a salientar é o aumento significativo da percentagem de mulheres na esfera profissional. Como se observa, entre 1981 e 1991, na Região Norte registou-se uma variação na ordem dos 37,7%<sup>3</sup> (no país essa variação foi de 31,0%) e na década seguinte de 12,6% (20,1% no país).

Por outro lado, a proporção de homens activos no conjunto da população masculina tem vindo a diminuir desde 1981, o que se deve, fundamentalmente, a dois aspectos: um de ordem sócio-demográfica (referimo-nos designadamente às transformações na estrutura etária e ao consequente envelhecimento da população); outro ao nível sócio-cultural (em particular o prolongamento da escolaridade dos jovens e o protelamento das idades tidas como adequadas à entrada no mercado de trabalho).

Realce-se, igualmente, o decréscimo do volume e do peso relativo da população que vivia a cargo da família, o que é particularmente evidente nas mulheres. Decréscimo que no período em referência foi de 31,7% na Região (35,8% no país). Para tal tendência concorreram diversos factores, de entre os quais destacamos: a redução das domésticas por força, quer da transferência de uma parcela para o mercado de trabalho, quer da mortalidade das que se encontravam nos grupos etários mais idosos, quer ainda da conversão de uma parte delas em pensionistas (alteração induzida pela aplicação extensiva dos regimes não contributivos da Segurança Social); a limitação do volume dos inactivos que passam a pensionistas por ficarem abrangidos pelos regimes da Segurança Social (fruto da universalização da protecção social), o que lhes possibilitou manter uma autonomia, parcial ou total, face à parentela (filhos ou outros familiares).

Estas mudanças indiciam, por um lado, processos de modernização ao nível das estruturas familiares (a redução da dimensão das famílias, por exemplo), das funções familiares e das relações de solidariedade e de entajuda familiar<sup>4</sup>; da extensão do Estado-providência em Portugal no decurso das últimas décadas, por força da expansão da Segurança Social, por outro<sup>5</sup>.

Um outro aspecto a destacar relaciona-se com o incremento do número de reformados/pensionistas. Entre 1981 e 2001, na Região esse número aumentou na ordem dos 214.446 indivíduos (uma variação de 48,1%). Trata-se, por conseguinte, de uma importante transformação nas condições de subsistência da população residente. Aumento que, certamente,

---

<sup>3</sup> Consulte-se os Quadros A e B, em Anexo.

<sup>4</sup> No caso dos idosos, por exemplo, a família assume importância relevante para o seu amparo e protecção, no quadro mais amplo das relações de solidariedade inter-geracionais tão peculiares das famílias extensas e das zonas rurais da Região Norte. Tal solidariedade foi fundamental para colmatar a insuficiência da cobertura providencial por parte do Estado, uma vez que um peso significativo de idosos, estava excluído, parcial ou totalmente, dos regimes de protecção da Segurança Social (Barreto, 1996).

<sup>5</sup> Sobre as várias mudanças ocorridas consulte-se, entre outros: Almeida [et al.] (1996); Almeida e Nunes (1998); Machado e Costa (1998); Barreto (1996); Ferrão (1989, 1992 e 1996).



teve consequências ao nível da sustentabilidade do Estado-providência. De facto, e considerando que um dos pressupostos de funcionamento do designado Estado-providência assenta na ideia de solidariedade e de interdependência das gerações, cujo financiamento é assegurado “basicamente por contribuições dos beneficiários e das entidades empregadoras e por transferência do Estado”<sup>6</sup>, é perceptível a necessidade de repensar os mecanismos de financiamento e de sobrevivência dos sistemas de protecção social<sup>7</sup>.

A propósito da protecção social, importa proceder a alguns comentários.

No âmbito do sistema de solidariedade e Segurança Social português, enquadrado no modelo social europeu<sup>8</sup>, a protecção social é assegurada através dos regimes de Segurança Social e da acção social. Constitui-se, assim, como a base nacional de garantia da justiça e equidade social, bem como um dos instrumentos de combate à pobreza e à exclusão social (DPP/MTS, 2002).

A Segurança Social é, assim, uma das vertentes da protecção social que, no caso português, se estabelece tendo por base três sub-sistemas: o regime geral contributivo; o regime não contributivo e a acção social.

O primeiro, o regime contributivo, abrange os trabalhadores em geral<sup>9</sup> (os trabalhadores assalariados e independentes e respectivas famílias), sendo a sua inscrição obrigatória. As prestações sociais atribuídas cobrem as reformas, as doenças, o subsídio de desemprego, o subsídio social de desemprego, o subsídio de maternidade, o abono de família, os acidentes de trabalho e as doenças profissionais (facultativo no regime dos independentes), a pensão de velhice e complementos, a pensão de invalidez e complementos, a pensão de sobrevivência e o subsídio por morte, bem como as compensações por encargos familiares. O financiamento deste regime é assegurado pelas contribuições dos trabalhadores e das entidades empregadoras.

---

<sup>6</sup> Conforme Lei nº 28/84, de 14 de Agosto.

<sup>7</sup> Como refere Mishra (1995, p. 22), o Estado-providência representa um acordo entre “o capital e o trabalho” e entre “a democracia capitalista e os seus cidadãos” em matéria de garantia de direitos gerais. Esse acordo tem por base uma dupla renúncia: por um lado, aqueles que detêm o capital dispensam uma parte da sua autonomia e dos seus lucros; por outro, os trabalhadores abdicam de uma parcela das suas reivindicações laborais. Aquele excedente financeiro libertado é gerido pelo Estado, e investido em capital social (ou seja, em investimento e despesa estatal), com o propósito de sustentar os direitos de cidadania em termos institucionais, administrativos e financeiros (Santos, 1990). Sobre a necessidade de reequacionar os mecanismos de sustentabilidade dos sistemas de protecção social, confira-se, entre outros: Boyer (2000); Bustillo (2000); Cabral (1997); Campos (2000); Esping-Andersen (2000); Ferrera (2000); Mishra (1995 e 1999); Rosanvallon (1995 e 1997); Santos [et al.] (1998).

<sup>8</sup> O designado modelo social europeu, ou *Estado-Providência Europeu*, assume diversas formas, o que leva alguns autores a equacionar a existência não de um mas de vários modelos. Veja-se, entre outros: Esping-Andersen (1990 e 1996); Ferrera (2000); Gallie e Paugam (2000). Neste texto utilizamos a expressão “modelo social europeu” enquanto denominador comum do sistema de protecção social da Europa, fortemente comprometido com uma protecção social ampla e universal.

<sup>9</sup> Com excepção dos indivíduos que estão abrangidos por regimes especiais de Segurança Social, tais como os trabalhadores das actividades agrícolas e os trabalhadores da função pública.



Quanto ao segundo regime, o não contributivo, promove a protecção daqueles que, não estando incluídos no anterior, se encontram em situação de carência social e económica. As eventualidades cobertas por este regime são: os encargos familiares (diversos subsídios: de educação especial, de casamento, de nascimento, de aleitação, de funeral, entre outros), a morte (pensão de viuvez, pensão de orfandade e complemento por dependência), a invalidez e velhice (pensão social) e, mais recentemente, a carência económica e social (Rendimento Mínimo Garantido, substituído posteriormente pelo Rendimento Social de Inserção). Este regime concretiza-se, como assinala Santos (1998), em prestações garantidas como direitos objectivos dos indivíduos.

A acção social, por seu turno, visa “a prevenção de situações de carência, disfunção e marginalização social e a integração comunitária”, e destina-se a “assegurar especial protecção aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente crianças, jovens, deficientes e idosos, bem como outras pessoas em situação de carência social ou sob o efeito da disfunção ou marginalização social”<sup>10</sup>.

Uma outra nota a reter diz respeito ao facto de o sistema de solidariedade e Segurança Social português ser alvo, no passado recente, de uma evolução significativa no que concerne à melhoria da protecção e do bem estar-social, do combate à exclusão social, assim como do reforço da sustentabilidade financeira do próprio sistema<sup>11</sup> (Carreira, 1996; Costa e Maia, 1985; DPP/MTS, 2002). Para tal muito contribuiu a adesão à então Comunidade Económica Europeia. A afluência a Portugal dos fundos comunitários permitiu a execução de programas e de medidas diversas, nomeadamente na área do emprego e da formação, bem como o crescimento do nível da cobertura e do desempenho geral dos sistemas de Segurança Social (Capucha [et al.], 2005). Evolução, aliás, que procurou acompanhar o que vem sucedendo no contexto da segurança social europeia. Referimo-nos especificamente às eventualidades cobertas pelos regimes, à percentagem de cálculo, à duração e à acessibilidade (DPP/MTS, 2002; Barreto, 1996; Ferrera, 2000; Rodrigues, 2000).

A esse nível, e como refere Mozzicafreddo (2000, p. 39), “Portugal não se afasta grandemente das modalidades dos regimes europeus (...). A diferença não está tanto no sistema de protecção social, mas sim nos montantes das transferências financeiras para os beneficiários”. Os dados dos gráficos que se seguem consubstanciam esse facto.

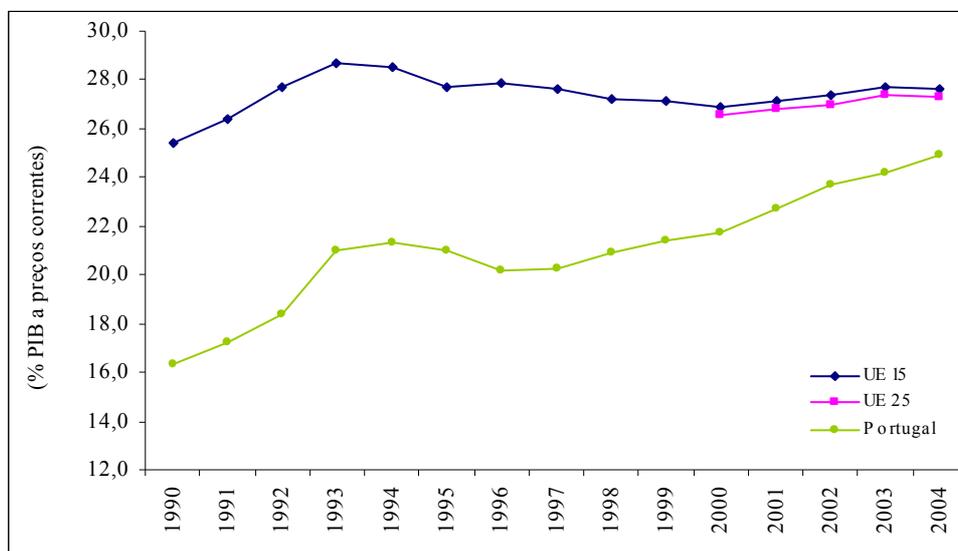
---

<sup>10</sup> Conforme Lei nº 28/84, de 14/08.

<sup>11</sup> A este propósito consulte-se: a Lei de Bases do Sistema de Solidariedade e Segurança Social – Lei nº 17/2000, de 8 de Agosto; a Nova Lei de Bases do Sistema de Segurança Social – Lei nº 32/2002, de 20 de Dezembro; o documento referente ao Financiamento do sistema de solidariedade e segurança social – Lei nº 17/2000, de 8 de Agosto. Consulte-se igualmente a informação disponível no sítio <http://www.seg-social.pt>.



Gráfico 1  
Despesa total em Protecção Social, 1990-2004 (% PIB a preços correntes)



Fonte: European Social Statistics, *Social Protection*.

A despesa total nacional em protecção social, como podemos atestar, tem vindo a conhecer uma aproximação à média europeia, crescendo de 16,3% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1990 (contra um valor médio na União Europeia [UE] de 24,3%), para 24,9% em 2004 (27,6% na UE).

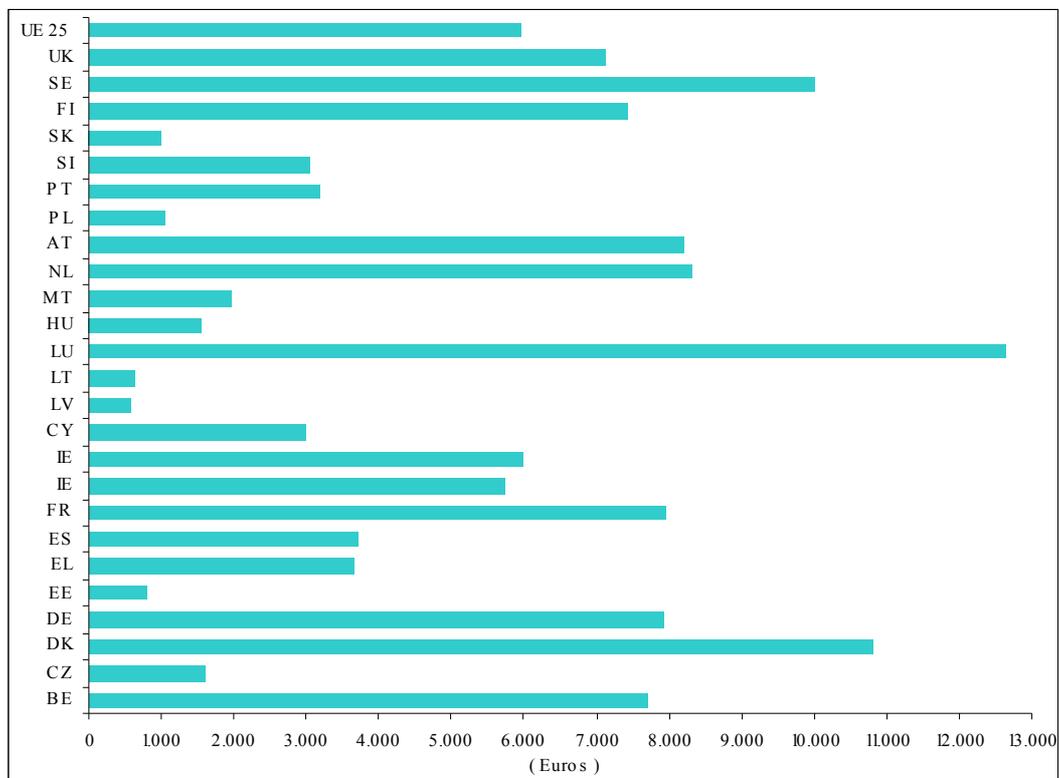
No entanto, apesar daquela aproximação Portugal permanecia numa das posições mais baixas no cenário europeu quando comparamos a intensidade do esforço em protecção social, medida pela despesa social *per capita*. Em 1993, a despesa social *per capita* em Portugal era apenas de 1.547,0 euros (enquanto a média europeia se situava nos 4.682,9 euros), passando para 3.192,2 euros em 2003 (6.880,1 euros na Europa)<sup>12</sup>.

Do conjunto dos 25 países que em 2003 constituíam a UE, apenas os novos países aderentes apresentavam piores níveis do que Portugal. Como se pode ver no Gráfico abaixo, são indiscutíveis as diferenças entre os países em termos de intensidade do esforço social. Em 2003 destacavam-se: o Luxemburgo, a Dinamarca e a Suécia, cujos valores apresentados se distanciavam largamente dos restantes países.

<sup>12</sup> Observe-se o Quadro C, em Anexo.



Gráfico 2  
Despesa em Protecção Social *per capita*, em euros, 2003



Nota: Os dados referentes à República Checa, à Espanha, à Itália, ao Reino Unido e à UE 25 são provisórios.  
Fonte: European Social Statistics, *Social Protection*.

Relativamente ao sistema de protecção social português, chamamos a atenção para algumas particularidades.

O sistema baseia-se num modelo de seguro social obrigatório e as pensões são centrais no sistema. Porém, e como sustenta Santos (1999a), a generosidade das pensões é muito selectiva, inclusive na divisão básica entre funcionários públicos e trabalhadores do sector privado. Refira-se que esta divisão foi estabelecida no Estado Novo, e prevalece ainda na actualidade. Quanto aos trabalhadores do sector privado, essa generosidade subsiste somente nos sectores centrais da força de trabalho na economia formal; mesmo neste grupo, muitos trabalhadores não conseguem preencher os requisitos de acesso a uma pensão completa.

Destarte, como assinala Ferrera (2000), o tipo de regime português é o menos fragmentado dos sistemas de protecção social dos países da Europa do sul. Por outro lado, algumas das medidas implementadas em Portugal, nomeadamente o Rendimento Mínimo Garantido (e, posteriormente, o Rendimento Social de Inserção), apontam para uma direcção

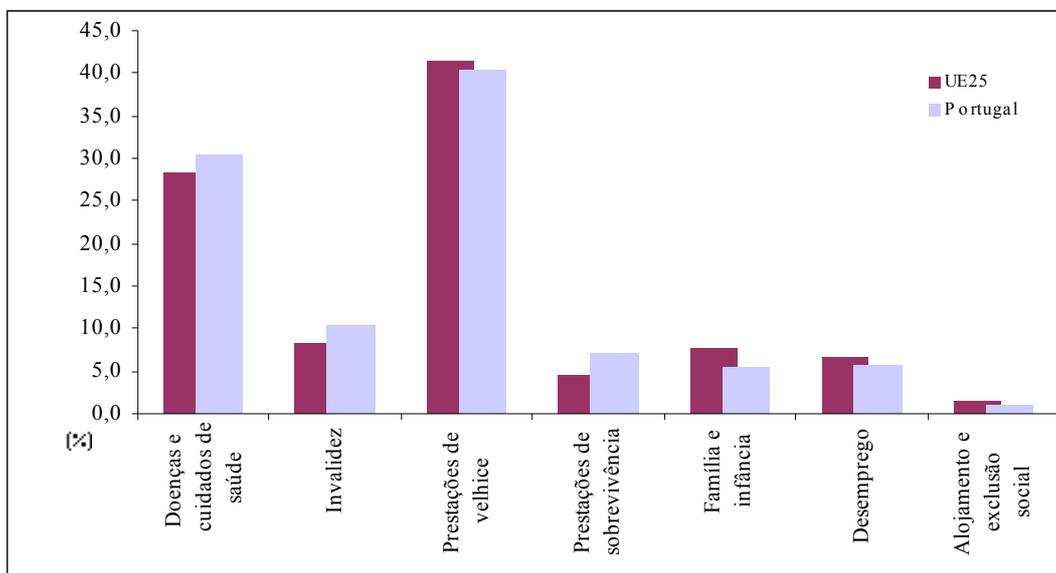


mais universalista e, por conseguinte, para o preenchimento de lacunas de protecção associadas a este tipo de sistema de protecção social.

A par disto, importa mencionar que em Portugal o baixo grau de intervenção estatal na esfera do bem-estar, tem sido compensado pela elevada participação das redes de solidariedade, isto é, pela designada sociedade-providência, sustentada pela dinâmica das “redes de relação de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de entreajuda baseadas em laços de parentesco e de vizinhança, através das quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade” (Santos, 1999a, p. 18).

Por sua vez, em termos da estrutura da repartição da despesa pelas diferentes funções (Gráfico 3), encontram-se semelhanças entre Portugal e os outros países da UE, sobretudo no que concerne às pensões de velhice e de sobrevivência (47,3% para Portugal; 45,9% para a UE). O risco das doenças e os cuidados de saúde tinham um valor superior em Portugal comparativamente à Europa (30,4% e 28,3%, respectivamente), o mesmo se passando com as pensões de invalidez (10,4% e 8,1%). Por oposição, Portugal gastava menos no subsídio de desemprego (5,7% e 6,5%), nas medidas direccionadas para a família e para a infância (5,3% e 7,8%) e no alojamento e combate à exclusão social (1,0% e 3,0%).

Gráfico 3  
Distribuição percentual das despesas em Protecção Social por funções, em 2003



Fonte: European Social Statistics, *Social Protection*.

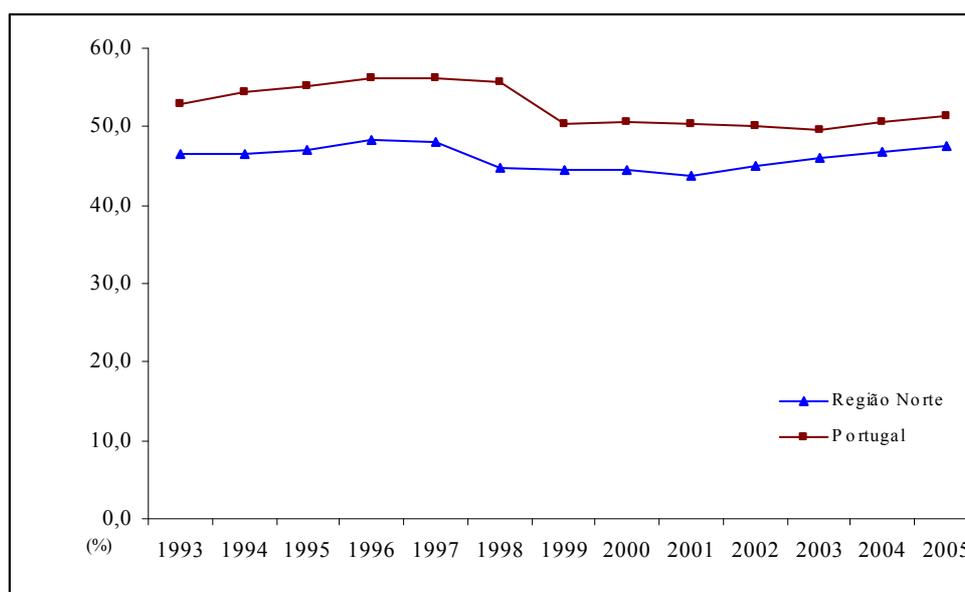
A função velhice é, como indica o Gráfico acima, a responsável pela grande maioria das prestações sociais tanto no conjunto do espaço europeu, em geral, como em Portugal, em particular. Facto que corrobora uma das grandes mudanças atestadas ao nível da estrutura demográfica das sociedades europeias: o envelhecimento da população.



Esta tendência demográfica, pelas suas implicações estruturantes, repercute-se ao nível dos sistemas sociais e financeiros, atingindo também, de modo transversal, todos os sectores económicos bem como a própria definição de estratégias e de políticas públicas (Chorincas, 2003). O número de reformados/ pensionistas tem vindo a aumentar, o número de activos empregados tem diminuído de forma acentuada (fruto do aumento do desemprego) e, subsequentemente, o contingente contributivo tem decrescido. Sob o efeito conjugado do envelhecimento da população e do decréscimo do número de activos por pensionista, percebe-se o parcial esgotamento do modelo Keynesiano social-democrata como modelo de regulação económica (Rosanvallon, 1995 e 1997; Esping-Andersen, 2000; Ferrera, 2000; Mishra, 1996).

Uma leitura objectiva do gráfico abaixo confronta-nos com a necessidade de reequacionar o sistema de financiamento da Segurança Social em Portugal<sup>13</sup>, dada a evolução do mercado de emprego e, principalmente, das dinâmicas demográficas.

Gráfico 4  
Relação entre o número de pensionistas e a população empregada



Fontes: Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade (IIES). INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.

Especificamente ao nível da Região Norte, o envelhecimento da população intensificou-se, sobretudo no último decénio, deixando transparecer um padrão espacial que contrapõe as sub-regiões urbanas às sub-regiões rurais (Quadro 2). Com efeito, o Alto Trás-os-Montes, o Douro e o Minho-Lima apresentavam os índices de envelhecimento mais elevados, valores

<sup>13</sup> O mesmo sucede por toda a Europa, pelo que foi lançado um processo baseado no método de coordenação aberta para a modernização e sustentabilidade dos sistemas de pensões (Capucha [et al], 2005).



acima dos encontrados para o país. A sub-região do Grande Porto, porém, apesar de urbana, denunciava um elevado peso de idosos quando comparado com o da Região Norte. Contrariamente, a sub-região urbana do Tâmega exibia o menor índice de envelhecimento, resultante da elevada percentagem de população jovem, o que se reflecte no mais elevado valor da relação de dependência demográfica de jovens, de entre todas as sub-regiões do Norte<sup>14</sup>.

Quadro 2  
Evolução do índice de envelhecimento

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Portugal	79	82	86	89	93	96	99	102	104	105	107	109
Região Norte	60	63	66	68	71	74	77	80	82	84	86	89
Alto Trás-os-Montes	106	113	121	128	135	144	151	163	171	177	184	192
Ave	45	47	49	52	54	57	59	61	63	65	67	70
Cávado	46	48	50	52	54	56	58	61	62	64	65	67
Douro	87	92	98	102	108	113	117	126	130	133	136	139
Entre Douro e Vouga	54	57	60	62	65	68	71	72	75	77	80	83
Grande Porto	61	64	67	70	73	76	79	81	83	85	86	89
Minho-Lima	94	99	104	109	114	120	126	132	136	139	143	146
Tâmega	44	46	48	49	51	52	54	57	58	60	61	63

Fontes: Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade (IIES). INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.

Uma análise mais fina da evolução do índice de envelhecimento, permite-nos comprovar aquela ruptura demográfica: a população idosa tem crescido mais do que a população jovem – em 1993, por cada 100 indivíduos com idade até 14 anos, existiam 60 indivíduos com 65 ou mais anos na Região Norte (79 em Portugal); em 2004 esse valor passou para 89 na Região (109 em Portugal).

Quando atentamos à proporção de pensionistas por 100 habitantes (Quadro 3), é notório que na Região essa relação é sempre inferior à média encontrada para Portugal. Contudo, observando os valores encontrados para as sub-regiões, verifica-se que em três dessas sub-regiões, qualquer que seja o ano em estudo, os volumes apurados superavam largamente os aferidos para o país. Era o caso do Alto-Trás-os-Montes, do Douro e do Minho-Lima. Constatação que reforça o envelhecimento populacional que se vem registando naquelas unidades territoriais. Todas as outras sub-regiões expressavam valores inferiores aos do território nacional.

<sup>14</sup> Conforme informação retirada do *Anuário Estatístico da Região Norte*, do INE.



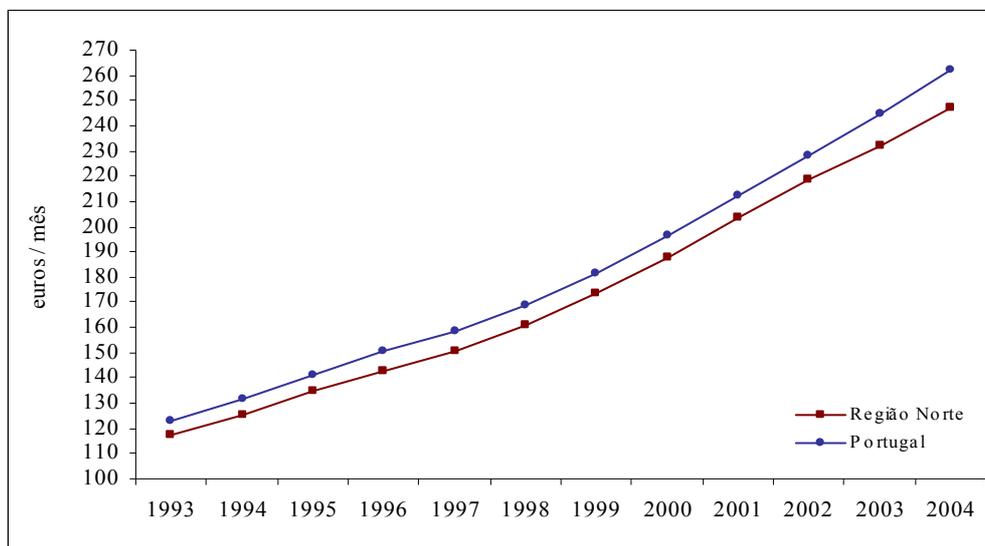
Quadro 3  
Número de pensionistas por 100 habitantes

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Portugal	22,9	23,1	23,3	23,8	24,0	24,2	24,4	24,2	24,5	24,6	24,3	24,6	24,9
Região Norte	20,9	20,9	21,1	21,3	21,4	21,4	21,6	21,6	21,9	21,9	22,2	22,6	22,9
Alto Trás-os-Montes	29,2	29,8	30,4	30,9	31,1	31,3	31,5	31,7	32,0	31,8	31,9	32,1	28,0
Ave	19,1	19,0	19,1	19,7	19,8	19,8	19,9	19,8	20,0	20,1	20,4	20,9	21,5
Cavado	19,4	19,4	19,4	19,6	19,6	19,5	19,4	19,5	19,5	19,4	19,6	19,8	20,1
Douro	26,4	26,6	26,8	26,5	26,5	26,5	26,5	28,1	28,5	28,4	28,6	29,0	28,0
Entre Douro e Vouga	20,3	20,2	20,2	20,3	20,4	20,3	20,5	20,7	21,1	21,1	21,5	21,9	22,5
Grande Porto	19,5	19,5	19,7	20,2	20,4	20,5	20,8	20,6	20,9	21,2	21,5	22,0	22,6
Mínho-Lima	25,5	25,5	25,9	25,9	26,0	26,1	26,3	26,9	27,1	26,9	27,2	27,4	27,6
Tâmega	18,7	18,7	18,7	18,6	18,5	18,4	18,5	18,7	18,8	18,9	19,0	19,3	19,5

Fontes: Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade (IIES). INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.

No que concerne ao montante das prestações invalidez/ velhice/ sobrevivência pagas, é de referir que este tem vindo a aumentar, qualquer que seja a unidade geográfica em análise. Porém, o seu valor continua a ser exíguo<sup>15</sup>. Comparativamente, a Região Norte apresenta um valor médio mensal das pensões inferior ao valor médio pago no país.

Gráfico 5  
Valor médio mensal das pensões pagas a pensionistas em 31 de Dezembro, em euros



Fontes: Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade (IIES). INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.

<sup>15</sup> São diversos os estudos que referem que os reformados/ pensionistas constituem um grupo particularmente vulnerável aos processos de pobreza e de exclusão social. Destacamos: Almeida [et al.] (1992; 2000); Capucha (2000; 2005); Costa (1999; 2000); INE (1999).



Entre as sub-regiões são manifestas as disparidades quando equacionamos o montante médio mensal usufruído pelos pensionistas (Quadro 4). O Alto-Trás-os-Montes e o Douro possuíam os valores médios mensais mais baixos das pensões. Em contrapartida, os pensionistas do Grande Porto auferiam valores que ultrapassavam a média registada para o país. Entendemos que esta evidência poderá estar relacionada com o sector de actividade dos pensionistas – enquanto que nas zonas mais rurais da Região Norte o cálculo das pensões é feito tendo por referência uma actividade mais ligada ao sector primário e, por conseguinte, com salários mais baixos; no Grande Porto, o cálculo faz-se tendo por base actividades com remunerações mais elevadas (indústria e serviços, por exemplo). O facto de só após o 25 de Abril de 1974 se ter criado um sistema de protecção social universal e obrigatório, como refere Capucha, levou “a que muitos dos actuais beneficiários do sistema sejam pessoas sem passado contributivo ou que o tiveram muito limitado. Passados contributivos curtos por parte de sectores importantes dos beneficiários e a limitação de base contributiva resultante dos baixos níveis salariais médios, produzem níveis de benefícios relativamente baixos, incapazes de colocar todos os beneficiários (...) com rendimentos acima dos limiares de pobreza.” (Capucha, 2005, p. 147-148).

Quadro 4  
Valor médio mensal das pensões pagas a pensionistas em 31 de Dezembro, por NUTS III da Região Norte, em euros

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Alto Trás-os-Montes	99,5	105,4	113,4	119,5	125,3	132,5	141,5	152,8	168,1	181,0	190,2	201,5
Ave	118,0	126,3	135,4	144,3	152,8	162,6	176,7	190,2	204,8	219,4	232,0	248,1
Cávado	110,3	117,1	124,8	132,4	139,4	147,6	159,3	172,7	187,0	201,3	212,9	226,9
Douro	100,2	105,7	113,3	119,6	125,2	132,6	141,2	153,5	169,1	181,3	191,0	203,8
Entre Douro e Vouga	112,8	120,3	128,9	137,2	145,4	154,6	168,0	183,4	199,7	214,0	227,5	243,0
Grande Porto	137,6	148,5	158,8	170,1	180,2	193,0	208,4	224,5	240,9	258,0	274,6	293,0
Mínho-Lima	103,4	109,7	123,0	125,1	131,4	139,1	149,7	162,3	178,6	192,2	202,3	214,6
Tâmega	106,7	113,4	121,6	129,0	135,6	144,0	155,5	169,1	184,5	197,9	208,6	222,3

Fontes: Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade (IIES). INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.

Após termos dado conta de algumas das metamorfoses ao nível da recomposição social que caracteriza os pensionistas da Região Norte e do país no passado recente (de 1993 a 2005), passamos a desenvolver uma análise sobre os beneficiários do subsídio de desemprego, no período compreendido entre 2002 e 2005. Para tal, privilegiamos como fonte estatística de base os dados produzidos pelo Ministério da Segurança Social e do Trabalho, e divulgados pelo INE, em detrimento da informação fornecida pelas Estatísticas da Segurança Social, uma vez que a



primeira nos permitia uma análise mais minuciosa dos beneficiários ao nível regional<sup>16</sup>. É patente o deficit de informação estatística à escala regional relativamente a esta prestação social, o que nos impossibilitou a realização de um estudo longitudinal.

Como podemos verificar no Quadro 5, em consequência do agravamento do desemprego e da necessidade de apoiar financeiramente os indivíduos por ele atingidos, o número de beneficiários da prestação desemprego<sup>17</sup> assume uma tendência crescente entre 2002 e 2005, sendo que a variação na Região Norte (54,4%) superou largamente a do país (36,8%). Entre as sub-regiões sobressaíam o Ave, o Tâmega e o Entre Douro e Vouga, cuja variação mais do que duplicou a encontrada para o país<sup>18</sup>.

Em 2005, de acordo com os dados obtidos, assistiu-se a uma diminuição do número de beneficiários relativamente ao ano anterior, qualquer que fosse a área geográfica em causa: 15.561 indivíduos na Região; 39.707, em Portugal. Também ao nível das sub-regiões essa tendência foi notada. Releve-se, no entanto, que àquela diminuição não correspondeu um decréscimo do número de desempregados registados pelos Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Quadro 5  
Beneficiários do subsídio de desemprego, em 2002, 2003, 2004 e 2005

	2002	2003	2004	2005
Portugal	370.144	482.195	546.152	506.445
Região Norte	136.879	188.586	226.948	211.387
Alto Trás-os-Montes	4.831	6.781	7.603	6.780
Ave	22.387	33.370	41.774	41.318
Cávado	13.501	18.157	20.331	19.853
Douro	6.045	7.116	8.158	7.692
Entre Douro e Vouga	7.644	10.520	13.410	13.309
Grande Porto	60.171	80.683	96.135	86.344
Minho-Lima	7.038	8.299	9.623	8.875
Tâmega	15.262	23.660	29.914	27.216

Fontes: Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade (IIES). INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.

Decompondo os beneficiários do subsídio de desemprego por género, importa destacar que, nos cinco anos em análise, mais de metade daqueles sujeitos (quer ao nível da Região

<sup>16</sup> Os dados disponíveis nas estatísticas da Segurança Social referem-se às regiões administrativas da Segurança Social, não coincidindo com a Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) adoptada pelo Instituto Nacional de Estatística.

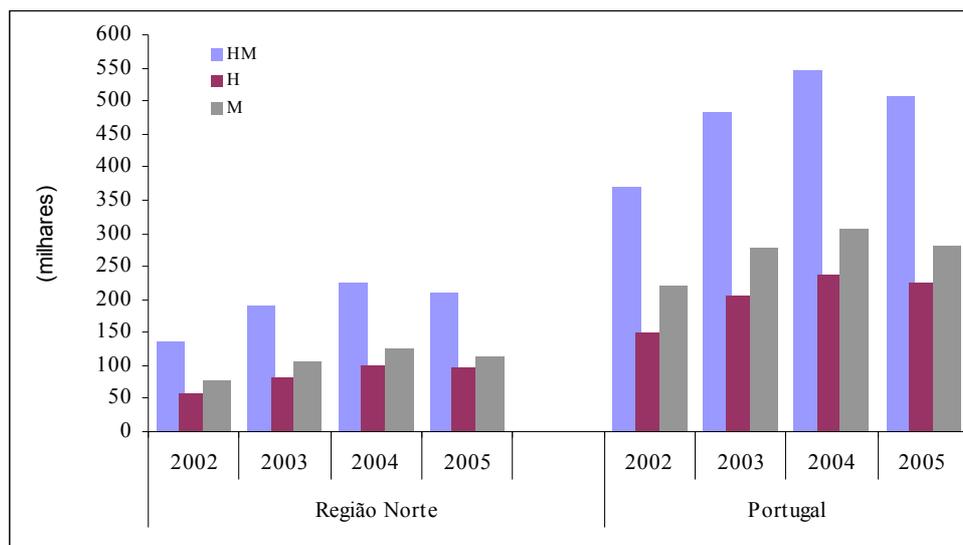
<sup>17</sup> A protecção social nas situações de desemprego realiza-se através da atribuição de prestações de desemprego, prestações pecuniárias que se destinam a compensar o beneficiário da falta de remuneração ou da sua redução, determinada pela aceitação de trabalho a tempo parcial, por um lado; a criação do próprio emprego, por outro. Esta prestação é concedida aos indivíduos que à data do desemprego reúnam as condições prescritas na Lei. Para informações complementares visite-se o sítio <http://www.seg-social.pt>.

<sup>18</sup> Veja-se o Quadro D, em Anexo.



Norte, quer do país) eram do sexo feminino, considere-se o total de desempregados ou apenas os novos desempregados<sup>19</sup>. Como refere Gonçalves (2002; 2003; 2005), se uma das tendências da estrutura social portuguesa tem sido a crescente feminização da população activa, é também importante mencionar que em períodos de recessão económica as mulheres, em comparação aos homens são as mais vulneráveis ao fenómeno do desemprego.

Gráfico 6  
Beneficiários do subsídio de desemprego, por sexo



Fontes: Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade (IIES). INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.

O escalão etário dos 30 aos 39 anos registava em todos aqueles anos o maior peso, com valores acima dos 20,0%. Ao nível quer regional quer nacional, o segundo grupo etário com maior volume era constituído por indivíduos com 55 e mais anos. Entre as sub-regiões ressaltavam os escalões etários dos 30 aos 39 anos e com 55 e mais anos – no Ave a percentagem de beneficiários, naquele arco temporal, com 55 anos ou mais anos ascendia os 26,0% do total dos beneficiários. Também no Entre Douro e Vouga essa percentagem era elevada – mais de 20,0%.

<sup>19</sup> O desemprego feminino é, aliás, um problema que atinge diversos países. Como explicam Gallie e Paugam (2000), “as mulheres apresentam um risco de desemprego muito mais elevado do que o dos homens em diversos países do sul da Europa – Itália, Grécia e Espanha, assim como na Bélgica e na França. Embora as mulheres ainda estejam em desvantagem, a diferença é bem menor em países como a Dinamarca, Alemanha, Portugal e Irlanda. Inversamente, na Suécia e no Reino Unido, os homens são mais afectados pelo desemprego do que as mulheres. O efeito dessas diferentes taxas de desemprego por género na composição da população desempregada depende, em grande parte, do nível de participação das mulheres no mercado de trabalho”.

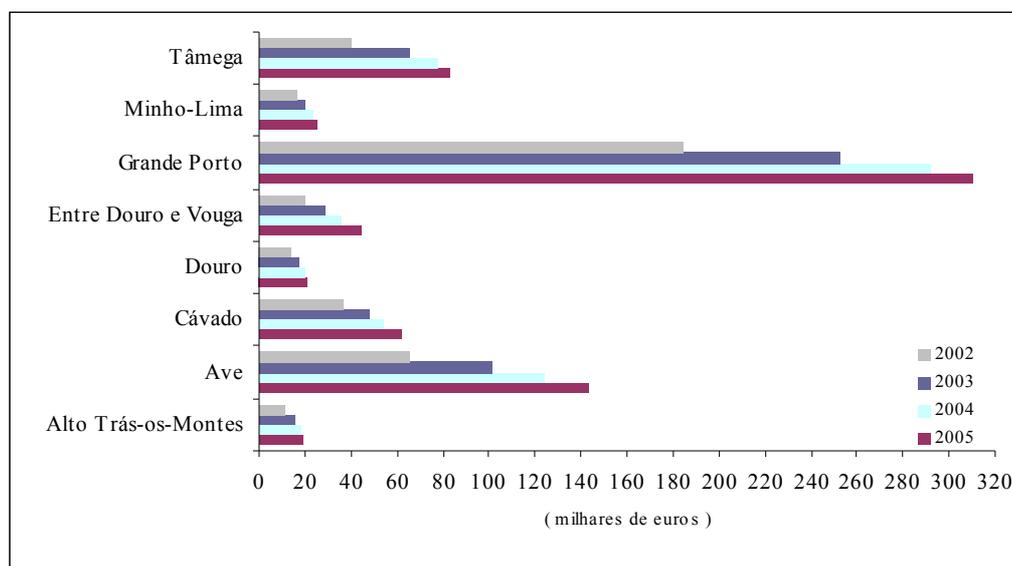


Em relação aos montantes processados atesta-se igualmente um acréscimo entre 2002 e 2005. É de referir que em 2002 a Região detinha mais de 36,0% do total do montante processado ao nível do território nacional. Em 2005 atingia os 40,3%.

Ao nível das sub-regiões, em todos os anos em análise, era o Grande Porto que centralizava cerca de 45,0% dos montantes processados ao nível da Região. Sublinhe-se que era também esta sub-região a que concentrava o maior número de beneficiários do subsídio de desemprego.

Gráfico 7

Montantes processados de subsídio de desemprego nas NUTS III da Região Norte, em milhares de euros



Fontes: Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade (IIES). INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.

Em 2005 diminuiu, como vimos anteriormente, o número de beneficiários do subsídio de desemprego mas, paradoxalmente, aumentaram os valores processados nessa função. Isto poderá estar relacionado com um agravamento do desemprego de indivíduos com maiores qualificações e com remunerações mais elevadas<sup>20</sup>, por um lado; com a maior antiguidade nos postos de trabalho, por outro.

No que respeita ao valor médio mensal processado (Quadro 6), constatam-se variações percentuais decrescentes entre 2002 e 2005, com maior incidência na Região Norte comparativamente à média encontrada para o país<sup>21</sup>. Curiosamente, de 2003 para 2004 essa

<sup>20</sup> Note-se que o montante diário do subsídio é igual a 65,0% da remuneração de referência é calculado na base de 30 dias por mês. A remuneração de referência é definida por  $R/360$ , em que:  $R$  = total das remunerações registadas dos primeiros 12 meses civis que precedem o 2º mês anterior ao da data do desemprego. Conforme informação disponível em [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt).

<sup>21</sup> Consulte-se o Quadro E, em Anexo.



variação na Região Norte apresentava-se negativa (-2,5%) – situação certamente associada ao perfil socioprofissional dos beneficiários do subsídio de desemprego.

Quadro 6  
Valor médio mensal dos montantes processados de subsídio de desemprego, em euros

	2002	2003	2004	2005
Portugal	240,67	248,96	249,46	289,36
Região Norte	236,01	243,23	237,14	279,32
Alto Trás-os-Montes	193,37	196,05	198,01	237,39
Ave	242,55	253,05	247,73	288,72
Cávado	225,87	220,92	221,49	260,75
Douro	190,83	201,88	202,47	230,40
Entre Douro e Vouga	217,93	228,96	224,24	278,97
Grande Porto	255,42	261,19	252,95	299,44
Minho-Lima	192,44	205,65	207,99	235,48
Tâmega	219,37	230,74	216,75	253,53

Fontes: Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade (IIES). INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.

Em 2005, as variações percentuais foram significativas, em todas as áreas geográficas em causa. Essa variação foi ainda mais representativa quando nos concentramos na Região Norte e, em particular, nas NUTS III que a constituem. Ressaltam os valores encontrados para o Entre Douro e Vouga e o Alto Trás-os-Montes: 24,4% e 19,9%, respectivamente (note-se que a variação do número de beneficiários de subsídio de desemprego nesse mesmo período foi negativa na ordem dos 0,8% para o Entre Douro e Vouga, e dos 10,8% para o Alto Trás-os-Montes)<sup>22</sup>.

Após termos focalizado a nossa atenção em algumas das prestações sociais enquadradas no regime contributivo da Segurança Social, passamos à análise de outras prestações, desta feita incluídas no regime não contributivo. É o caso do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) e do Rendimento Social de Inserção (RSI). Estas duas medidas consubstanciam-se numa nova geração de políticas sociais que se encontra associada a uma nova concepção de direitos sociais, surgindo como base daquilo a que Rosanvallon [et al.] (1997) designou de Estado-Providência Activo. Este desenvolve-se em torno dos “direitos de integração”, cuja principal característica é a do direito à inserção. Este tipo de direitos situa-se no reverso dos denominados direitos passivos, baseados em relações assistencialistas e de dependência. Os beneficiários são, assim, entendidos como actores sociais, isto é, como cidadãos activos e não como meros assistidos que importa amparar. Acresce-se que estas medidas, mais do que um conjunto de práticas precisas,

<sup>22</sup> Veja-se o Quadro D, em Anexo.



indiciam uma ideia de reformulação da relação entre o Estado e o Mercado (Hespanha [et al.], 2000).

O RMG em Portugal surgiu em 1996 como um instrumento de combate à pobreza e à exclusão social recomendado pela Comissão Europeia. Aquela medida inseriu-se num conjunto de princípios de garantia de direitos e de promoção de cidadania social, nomeadamente o de garantir o direito a um rendimento mínimo e o acesso a condições de inserção a todo o cidadão (em situação de carência económica), e assentava num princípio de solidariedade nacional independentemente da carreira contributiva<sup>23</sup>.

A importância do RMG, enquanto política social que vai ao encontro das necessidades das pessoas mais desprotegidas, torna-se evidente quando conhecemos as proporções das pessoas abrangidas pela medida (Quadro 7). Em 2004, cerca de 281.500 portugueses eram beneficiários do RMG; na Região Norte esse número rondava os 133.000 – valores correspondentes a 2,7% (no país) e a 3,6% (na Região) do total da população residente naquelas unidades territoriais.

Quadro 7  
Número de beneficiários do RMG, por sexo

	2002			2003			2004		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	364.566	169.795	194.771	a)	a)	a)	281.471	131.913	149.558
Região Norte	157.903	73.584	84.319	155.880	73.014	82.866	132.792	62.307	70.485
Alto Trás-os-Montes	9.829	4.786	5.043	7.717	3.768	3.949	5.455	2.671	2.784
Ave	9.979	4.756	5.223	10.344	4.944	5.400	8.226	3.993	4.233
Cávado	8.519	4.014	4.505	7.727	3.664	4.063	5.754	2.741	3.013
Douro	14.861	7.075	7.786	12.527	5.941	6.586	9.915	4.694	5.221
Entre Douro e Vouga	8.323	3.825	4.498	8.284	3.836	4.448	6.238	2.888	3.350
Grande Porto	59.866	27.859	32.007	63.648	29.827	33.821	58.673	27.535	31.138
Minho-Lima	11.638	5.073	6.565	9.060	3.951	5.109	6.612	2.880	3.732
Tâmega	34.888	16.196	18.692	36.573	17.083	19.490	31.919	14.905	17.014

a) Dado não disponível.

Fontes: Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade (IIES). INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.

Também ao nível das sub-regiões os valores encontrados eram representativos. No Tâmega e no Douro o peso daqueles beneficiários face ao total de residentes era o mais elevado. (5,7% e 4,6%, respectivamente). Ao nível concelhio, sobressai Resende com 14,7% do total de

<sup>23</sup> O RMG destinava-se a todos os indivíduos e famílias que se encontrassem em situação de grave carência económica, com residência legal em Portugal, e que se obrigassem a subscrever e a seguir um programa de inserção social. O RMG incorporava, assim, uma ideia de activação, ou seja, de reciprocidade e de responsabilização dos beneficiários, rompendo com as intervenções focalizadas, muitas das vezes de carácter assistencialista (Hespanha [et al.], 2000).



residentes a beneficiarem de RMG. Aliás, nos três anos em análise Resende mantinha a maior percentagem entre os concelhos da Região Norte.

No entanto, o número de beneficiários do RMG na Região tem vindo a decrescer entre 2002 (157.903) e 2004 (132.792), o que equivale a uma variação negativa na ordem dos 15,9%. É notório o abrandamento no crescimento dos beneficiários de ano para ano<sup>24</sup>. Em termos regionais, o Norte apresentou, naqueles dois anos, uma concentração acentuada de beneficiários. Em 2004 representava 47,2% do total de beneficiários no país.

Entre as sub-regiões o número de beneficiários foi também diminuindo, ainda que seja de registar que de 2002 para 2003, em três das sub-regiões, tenhamos assistido a um aumento de titulares, a saber: no Grande Porto, no Tâmega e no Ave. À excepção daquelas duas primeiras sub-regiões, as restantes apresentavam variações negativas muito superiores às encontradas quer para a Região, quer para o país.

Na Região Norte, os titulares do RMG eram maioritariamente do género feminino, sendo que o peso relativo das mulheres titulares foi decrescendo, passando de 53,4%, em 2002, para 53,1%, em 2004. Nas sub-regiões, tanto em 2002 como em 2004, eram também as mulheres que dominavam. Em 2003 observa-se que em quatro das sub-regiões os titulares eram principalmente do sexo masculino (Entre Douro e Vouga, Grande Porto, Minho-Lima e Tâmega).

A análise dos titulares por tipo de família permite-nos concluir que, maioritariamente, pertenciam a famílias nucleares com filhos. Depois deste tipo de agregado, as famílias monoparentais eram as que detinham maior número de indivíduos titulares. Valores que nos remetem para as dificuldades das pessoas, e em particular das mulheres, para isoladamente suportarem os encargos familiares. O reduzido peso das famílias alargadas é, à primeira vista, um dado curioso, uma vez que vários são os estudos que indiciam que as situações de pobreza conduzem frequentemente à coabitação de vários núcleos familiares. Situação que poderá ser explicada pelo facto de, em muitos casos, mesmo quando existiam situações de famílias alargadas a nível de coabitação, elas serem separadas nos cálculos das prestações do RMG, a não ser quando era provado que existia uma economia comum.

Atentando à idade, ressalta o grupo de jovens com idade igual ou inferior aos 24 anos que beneficiava de RMG. Este facto pode ser revelador dos efeitos que a medida teve em termos de prevenção de situações de fragilidade e de exclusão social, relativamente às gerações futuras dos agregados domésticos que usufruíam do RMG.

Entretanto, a Lei nº 13/2003, de 21 de Maio revogou o RMG, previsto na Lei nº 19-A/96, criando o RSI. O RSI não difere substancialmente do anterior RMG, na medida em que,

---

<sup>24</sup> Consulte-se o Quadro F, em Anexo.



basicamente, se mantém a mesma estrutura – trata-se de uma prestação pecuniária, integrada no subsistema de solidariedade (não contributivo), aliada a um programa de inserção, em que a prestação é devida e atribuída a quem se encontre em situação grave económica e social e manifeste disponibilidade activa para o trabalho, para a formação profissional ou qualquer outra acção destinada a apoiar e preparar a sua integração laboral e social.

As principais mudanças introduzidas relativamente ao anterior regime vão no sentido de acentuar o carácter transitório e subsidiário da atribuição da prestação, designadamente introduzindo condições mais restritas de acesso e manutenção do direito à prestação e penalizando de forma mais gravosa o incumprimento dos compromissos assumidos pelos titulares e beneficiários, bem como quaisquer condutas consideradas abusivas ou fraudulentas.

Posto isto, e como podemos aferir dos dados fornecidos pelo Quadro 8, durante o ano de 2005, na Região Norte, os beneficiários do RSI foram contabilizados em 72.771 mil indivíduos, número que representava um acréscimo na ordem dos 195,4% face a 2004, o equivalente a cerca de 48 mil pessoas<sup>25</sup>.

Quadro 8  
Número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção, por sexo

	2004			2005		
	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	86.195	40.054	46.141	202.099	94.233	107.866
Região Norte	24.636	11.508	13.128	72.771	34.047	38.724
Alto Trás-os-Montes	2.229	1.105	1.124	4.501	2.196	2.305
Ave	2.744	1.330	1.414	8.166	3.897	4.269
Cávado	2.274	1.096	1.178	5.792	2.742	3.050
Douro	2.127	988	1.139	6.304	3.017	3.287
Entre Douro e Vouga	1.721	790	931	4.985	2.326	2.659
Grande Porto	6.212	2.913	3.299	18.757	8.758	9.999
Minho-Lima	2.911	1.245	1.666	6.248	2.711	3.537
Tâmega	4.418	2.041	2.377	18.018	8.400	9.618

Fontes: Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade (IIES). INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.

O acréscimo do número de beneficiários em todas as sub-regiões, entre 2004 e 2005, é a primeira conclusão a retirar da análise da evolução desta prestação social. Este incremento foi maior no Tâmega (307,8%) e no Grande Porto (201,9%), seguindo-se as sub-regiões do Ave (197,6%) e do Douro (196,4%) – valores, aliás que superavam os encontrados para a Região (195,4%)<sup>26</sup>. Por outro lado, nos dois anos em análise as mulheres constituíam sempre mais de

<sup>25</sup> Refira-se que dadas as especificidades assumidas em termos de contabilização do número de beneficiários abrangidos pelas duas medidas (pelo RMG e pelo RSI), não é possível proceder a uma análise comparativa e longitudinal da informação.

<sup>26</sup> Veja-se o Quadro G, em Anexo.



metade dos beneficiários do RSI e este destinava-se maioritariamente a indivíduos com menos de 24 anos.

Uma última nota sobre os titulares do RSI. À semelhança do que sucedeu com os beneficiários do RMG, também no caso do RSI o tipo de família predominante era o das famílias nucleares com filhos. Depois deste tipo de agregado, as famílias monoparentais eram as que possuíam maior número de titulares. Aliás, e como já tivemos oportunidade de realçar, as famílias monoparentais afiguram-se como um dos segmentos mais vulneráveis a situações de pobreza e de exclusão social.

Em jeito de conclusão, convém reter da expansão recente dos sistemas de protecção social, as seguintes tendências.

O Estado de protecção social universalizou-se. Este fenómeno foi particularmente visível no caso da população abrangida pela Segurança Social onde, por exemplo, o número de pensionistas aumentou, tivessem ou não contribuído para o sistema durante a sua vida de trabalho (Carreira, 1996; Barreto, 1996). Todos os cidadãos passaram a ter direito a uma reforma de velhice bem como a pensões de invalidez ou de sobrevivência. Mas, se por um lado o número de pessoas abrangidas tem vindo tendencialmente a aumentar, por outro criaram-se novos mecanismos de apoio aos segmentos populacionais mais fragilizados e vulneráveis a situações de pobreza e de exclusão social (pessoas com deficiência, mulheres, jovens, desempregados, reformados, famílias numerosas, entre outros). Salientam-se: o RMG e o RSI.

Ao nível das pensões, a função velhice/ sobrevivência é a responsável pela maioria das pensões pagas pela Segurança Social, facto que não podemos dissociar do envelhecimento demográfico que vem ocorrendo na sociedade portuguesa. Igualmente é visível um acréscimo das pensões pagas, bem como uma diminuição da proporção entre a população empregada e os pensionistas. Tal significa um maior encargo para a população activa, por um lado; um aumento dos encargos sociais por parte da Segurança Social, por outro. Concomitantemente, constatam-se assimetrias regionais ao nível do valor médio das pensões pagas, o que estará certamente associado às características territoriais (referimo-nos designadamente aos sectores de actividade predominantes, às qualificações profissionais, às remunerações auferidas e aos aspectos demográficos).

Em matéria do subsídio de desemprego, percebe-se uma tendência crescente do número de beneficiários: entre 2002 e 2005, na Região, assistiu-se a um aumento na ordem dos 54,4% (o correspondente a 74.508 beneficiários); no país esse acréscimo foi de 36,8% (136.301 indivíduos). Situação que se associa às dinâmicas do mercado de trabalho, mais concretamente ao agravamento do desemprego no território nacional.

Tomando por referência aqueles anos (de 1992 a 2005), e as áreas territoriais em análise, realça-se que mais de metade dos beneficiários do subsídio de desemprego eram



mulheres, quer se considerasse o total de desempregados ou apenas os novos desempregados. O escalão etário dos 30 aos 39 anos registou em todos aqueles anos o maior peso, com valores acima dos 20,0%, qualquer que fosse o território em estudo. Por outro lado, entre as sub-regiões sobressaem o Ave e o Entre Douro e Vouga que apresentaram como segundo escalão etário com maior peso o constituído por indivíduos com 55 e mais anos. Importa também mencionar que a Região Norte detinha naquele período mais de 36,0% do total do montante processado na função desemprego no conjunto do país. Em 2005 atingiu os 40,3%. Entre as sub-regiões sobressai o Grande Porto – que concentrava cerca de 45,0% do valor total do subsídio processado na Região. Registe-se, por fim, que de 2004 para 2005 se apurou um decréscimo do número de beneficiários, tendência que é contrariada quando analisamos os montantes processados do subsídio de desemprego no ano de 2005. Tal pressupõe uma alteração ao nível das características dos próprios beneficiários: maiores remunerações; melhores qualificações; antiguidade nos postos de trabalho.

Tendo por base as prestações respeitantes ao Rendimento Mínimo Garantido, é de referenciar a evolução do número de beneficiários daquela medida que, recorde-se, funcionou como um instrumento de combate à pobreza extrema e à exclusão social<sup>27</sup>.

Por ultimo, o crescimento do sistema de protecção social, associado ao envelhecimento da população e às dinâmicas do mercado de trabalho, entre outros factores, tem feito com que nos últimos anos se equacione a necessidade de repensar a sustentabilidade dos Estados-providência. Pensamos que essa sustentabilidade só será possível na medida em que existam formas de interdependência entre os cidadãos, o Estado e o Mercado. É por isso que relevamos o papel desempenhado pela sociedade civil organizada<sup>28</sup> no que respeita à sua participação activa na resolução de questões sociais, às quais o Estado nem sempre consegue (ou pode) dar resposta. O poder atribuído à sociedade civil advém, precisamente, da sua capacidade para mobilizar os cidadãos, de forma organizada, e em defesa do bem-estar comum. Defendemos que o Estado não é, nem deve ser, o único responsável pela protecção, solidariedade, equidade e coesão social – as políticas sociais são políticas públicas, o que não significa que tenham que ser públicos todos os agentes e acções envolvidas (Mozzicafreddo, 2000; Rodrigues, 2000).

Uma outra ideia que importa relevar, e na esteira de Ferrera (2000) e de Esping-Andersen (2000), diz respeito ao facto de que, para corrigir as eventuais disfuncionalidades do sistema e para impedir que as desigualdades de rendimento se agravem, qualquer intervenção

---

<sup>27</sup> Mesmo reconhecendo-se os avanços do RMG (actualmente RSI), vários estudos apontam algumas ressalvas acerca do seu alcance e da sua capacidade em enfrentar o problema da pobreza e da exclusão social (Capucha, 2005).

<sup>28</sup> Sociedade civil aqui entendida enquanto esfera de interacção social entre a economia e o Estado, composta pela esfera íntima (família), pela esfera associativa ou particular (associações voluntárias, IPSS's, mutualidades, por exemplo), por movimentos sociais e por formas de comunicação pública (Vieira, 1998).



política que se prossiga deverá ser acompanhada por outras iniciativas, tais como: reformas fiscais; reforma dos modelos de financiamento da Segurança Social e na forma como os modelos de financiamento são distribuídos; re-regulação dos sectores protegidos de modo a conseguir valorizar as pessoas com poucas ou nenhuma qualificações profissionais e inseri-las no mercado de trabalho; criação de empregos menos qualificados para aqueles cujas competências não possam ser adaptáveis às novas exigências do mercado de trabalho.

Outras estratégias a formular poderão passar pela promoção do envelhecimento activo; pelo fomento do empreendedorismo económico e social; pela melhoria da capacidade de resposta dos serviços com intervenção específica nas políticas activas de emprego; pelo desenvolvimento do turismo, em particular do designado turismo sénior.

## 2. Habitação e conforto na Região Norte

O estado da habitação é um dos indicadores mais visíveis das condições de vida e de conforto das populações. Partindo deste pressuposto, propomo-nos num primeiro momento aferir da evolução geral dos alojamentos nos últimos vinte anos e, num segundo momento, descrever algumas das características relativamente aos principais indicadores objectivos do conforto das populações, a saber: as infra-estruturas, os equipamentos domésticos e os equipamentos de consumo durável existentes nos domicílios. Para tal, elegemos como fontes principais os dados fornecidos pelos Recenseamentos Populacionais (1981, 1991 e 2001)<sup>29</sup>, bem como os provenientes dos Indicadores de Conforto das Famílias (1990, 1995 e 1997) - em ambos os casos produzidos pelo INE. Aqui importa fazer uma ressalva: os critérios e as definições estatísticas daquelas fontes de informação não são iguais, nem consistentes ao longo dos anos, pelo que não poderemos fazer uma análise longitudinal nem comparativa da informação.

Tomando como ponto de partida os dados disponíveis relativos à habitação, é perceptível que nos três momentos censitários em análise, existiu um aumento significativo dos alojamentos familiares clássicos<sup>30</sup> na Região Norte (58,7%), aumento que superou em cerca de

---

<sup>29</sup> Por impossibilidades de comparação entre os três censos, decorrentes das especificidades conceptuais assumidas por cada um deles, a leitura longitudinal abarcando as três décadas deverá ser feita com reservas.

<sup>30</sup> Por alojamento familiar entenda-se todo aquele que, pelo modo como foi construído, ou como está a ser utilizado, se destina a alojar, normalmente, uma família, não obstante nele possam residir várias no momento censitário. O alojamento clássico, por sua vez, é a divisão ou o conjunto de divisões e seus anexos que, fazendo parte de um edifício de carácter permanente, se destina à habitação, normalmente de uma família.

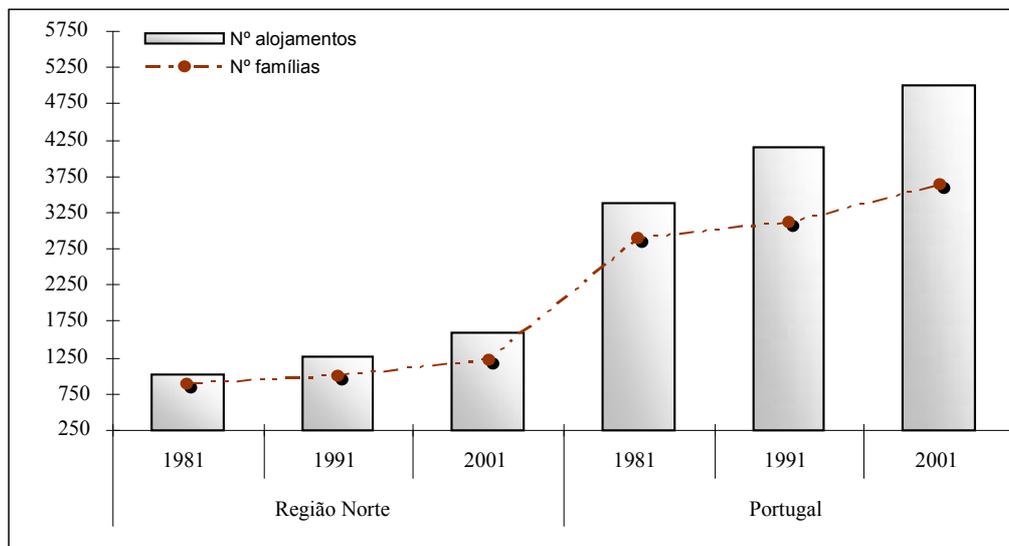


10 pontos percentuais os valores encontrados para o país (48,4%). Idêntica evolução se observa quando perspectivamos as famílias neles residentes (35,4% na Região; 25,7% no país)<sup>31</sup>.

Entre as sub-regiões, foi no Douro e no Alto Trás-os-Montes que a variação dos alojamentos clássicos foi menor (27,5% e 38,2%, respectivamente). Por oposição, o Cávado apresentava-se como sendo a sub-região onde o acréscimo daqueles domicílios foi mais notado (84,6%). Factos que não podemos dissociar das alterações demográficas a que em momentos anteriores já fizemos referência. Com efeito, entre 1981 e 2001, o Douro e o Alto Trás-os-Montes foram as sub-regiões que mais viram decrescer a sua população residente em alojamentos familiares (perderam 39.015 e 49.747 pessoas, respectivamente) e o Cávado a que maior crescimento apresentou (ganhou cerca de 63.000 pessoas).

Constata-se, igualmente, que o número de alojamentos familiares clássicos superou sempre o número de famílias residentes nesse tipo de alojamento, como podemos observar no Gráfico abaixo.

Gráfico 8  
Número de alojamentos familiares clássicos e número de famílias residentes



Fontes: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

Importa, contudo, fazer algumas considerações a esse respeito. Isto porque, por exemplo, em 2001, existiam na Região 1.605.157 alojamentos clássicos, para 1.203.226 famílias, correspondendo, em média, a 1,3 alojamentos por família. Porém, daquele total apenas 73,6% eram utilizados como residência habitual<sup>32</sup>; dos restantes, cerca de 16,0% tinham um

<sup>31</sup> Consulte-se o Quadro H, em Anexo.

<sup>32</sup> Por alojamento clássico de residência habitual entenda-se aquele que estava a ser utilizado como residência habitual por, pelo menos, uma família no momento censitário.



“uso sazonal ou secundário”<sup>33</sup> e 10,4% estavam “vagos” (para venda, aluguer, demolição ou outros casos), como se verifica no Quadro 9. Posto isto, embora a média de famílias por alojamento fosse igual a um, naquele ano e para aquela Região, 219.419 alojamentos clássicos, ocupados como residência habitual, foram avaliados como estando sobrelotados<sup>34</sup> (o equivalente a 18,6% do total daqueles alojamentos). Subsistia, por conseguinte, um défice daqueles alojamentos.

A par disto, assistiu-se a uma diminuição da importância relativa dos alojamentos clássicos de residência habitual no total dos alojamentos clássicos na Região Norte (que passou de 84,5% em 1981, para 73,6% em 2001), decréscimo que se estendeu a todas as sub-regiões do Norte.

Quadro 9  
Distribuição percentual da forma de ocupação dos alojamentos familiares clássicos (% em linha)

	1981			1991			2001		
	Residência Habitual	Uso sazonal/ secundário	Vagos	Residência Habitual	Uso sazonal/ secundário	Vagos	Residência Habitual	Uso sazonal/ secundário	Vagos
Portugal	81,9	12,3	5,6	73,5	15,9	10,6	70,7	18,4	10,8
Região Norte	84,5	10,1	5,2	76,5	13,4	10,1	73,6	15,9	10,4
Alto Trás-os-Montes	76,2	17,2	6,3	63,1	25,3	11,5	58,8	32,4	8,9
Ave	87,1	8,8	4,1	81,4	10,1	8,5	80,9	10,6	8,4
Cávado	84,2	11,4	4,3	75,6	14,7	9,8	72,1	17,5	10,4
Douro	74,1	17,3	8,2	65,9	21,7	12,4	60,6	28,6	10,8
Entre Douro e Vouga	89,3	6,4	4,2	82,9	8,1	9,0	81,2	8,4	10,4
Grande Porto	90,4	5,6	3,9	82,4	7,9	9,6	78,5	9,7	11,9
Minho-Lima	77,1	16,5	6,2	65,7	23,2	11,1	61,8	29,5	8,8
Tâmega	84,8	8,5	6,6	79,1	10,9	10,0	77,0	12,6	10,4

Fontes: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

Também ao nível concelhio aquelas mutações foram notadas. Em 1981 encontravam-se concelhos em que a percentagem daquele tipo de alojamento era de 93,3% (em S. João da Madeira, no Entre Douro e Vouga), enquanto em 1991 esses alojamentos não atingiam os 90,0% (em Paços de Ferreira, no Tâmega), ficando-se em 2001 nos 89,2% (em Vizela, no Ave). Em contrapartida, os valores percentuais mais baixos foram, em 1981 de 64,1% (em Sernancelhe, no Douro); em 1991 de 50,6% (no Vimioso, no Alto Trás-os-Montes); em 2001, de 45,9% (também no Vimioso).

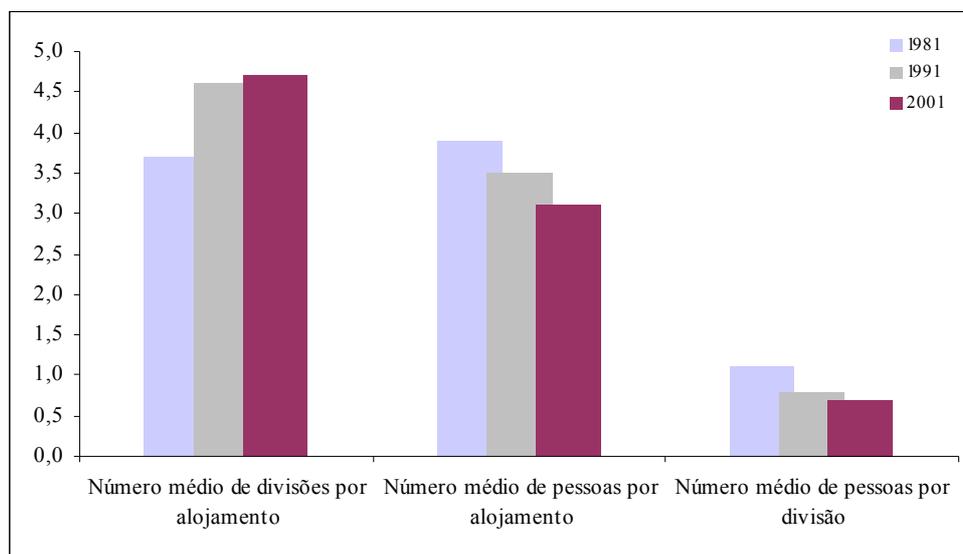
<sup>33</sup> Os alojamentos de uso sazonal ou secundário são aqueles que são utilizados periodicamente e onde ninguém tem a sua residência habitual.

<sup>34</sup> Consulte-se o Quadro I, em Anexo.



Um outro aspecto a ponderar relaciona-se com o aumento do espaço fruído pelos seus ocupantes. Em vinte anos, na Região Norte, o número médio de divisões por alojamento subiu (de 3,7 para 4,7 em 2001), enquanto o número médio de pessoas por alojamento diminuiu (de 3,9 para 3,1). Das duas situações (alojamentos mais espaçosos, famílias mais reduzidas) resultou um decréscimo do número médio de pessoas por alojamento (de 1,1 para 0,7), como mostra o Gráfico que se segue.

Gráfico 9  
Indicadores de ocupação dos alojamentos clássicos, ocupados como residência habitual,  
para a Região Norte



Fontes: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

Um outro apontamento a retirar diz respeito ao aumento do número de alojamentos de residência não habitual, designadamente das residências de uso sazonal ou secundário, os quais na Região representavam, em 2001, cerca de 16,0% do total de alojamentos clássicos (em 1991 aquela proporção era de 13,4% e, em 1981, de 10,1%). O incremento destes alojamentos ficou a dever-se, fundamentalmente, a três aspectos: ao aumento da habitação secundária em regiões balneares; ao aumento da procura de alojamentos sazonais nas regiões rurais; às segundas habitações em regiões sobretudo do interior, relacionadas com residências de famílias que emigraram para os centros urbanos ou para o estrangeiro e que mantiveram laços às suas terras de origem (Chorincas, 2003).

Por outro lado, e do ponto de vista das formas de propriedade dos alojamentos clássicos, registou-se uma mudança igualmente relevante: a subida do número de alojamentos clássicos de residência habitual cujo ocupante é o proprietário. Em 1991, na Região Norte, 61,0% das famílias eram proprietárias do alojamento em que residiam; em 2001 aquele valor passou para



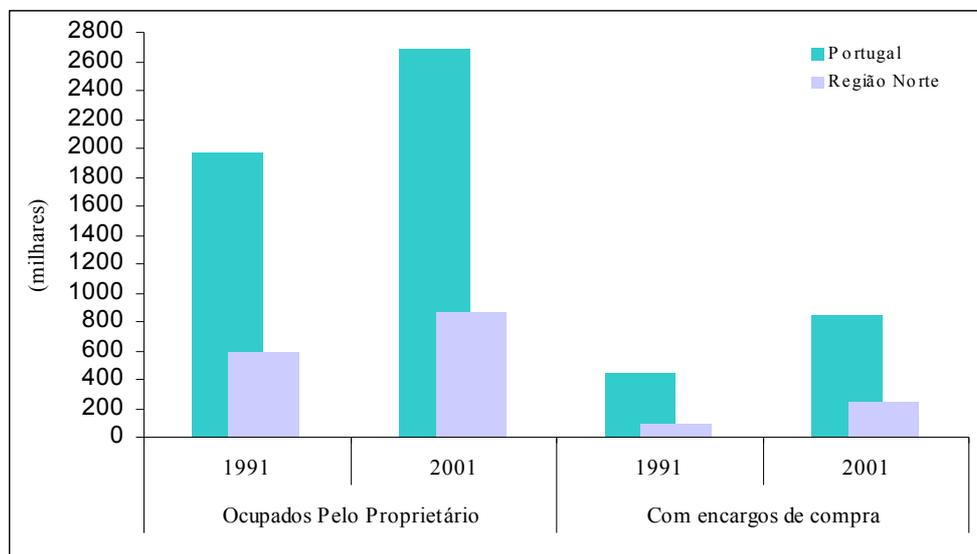
73,6% (correspondendo a uma variação positiva na ordem dos 45,8%). A esta transformação não serão certamente alheios factores de ordem económica, política, económica e social, de entre os quais ressaltam: as sucessivas políticas de bonificação de juros dos empréstimos para construção/ aquisição de casa própria; a legislação sobre a fixação de rendas bem como sobre os limites dos aumentos das rendas (Barreto, 1996).

Ainda a respeito da situação patrimonial das famílias relativamente aos domicílios, convém distinguir duas situações: o caso dos proprietários que têm encargos financeiros com o acesso à habitação (ou seja, que recorreram a empréstimos bancários); o caso dos que não têm.

É de salientar a importância crescente do recurso ao crédito para o acesso das famílias ao alojamento, em particular na Região Norte (Gráfico 10). De facto, na Região o número de alojamentos onerados por encargos pela sua compra mais do que duplicou entre 1991 e 2001, assistindo-se a um incremento na ordem dos 147,0% – passando a equivaler nesse último ano a cerca de 30,0% dos alojamentos propriedade dos ocupantes. Significa isto que a capacidade de acesso à habitação por parte das famílias tende a estar relacionada com as facilidades de acesso aos créditos bancários (Rodrigues, 2002).

Gráfico 10

Alojamentos clássicos, ocupados como residência habitual, cujo ocupante é o proprietário, e alojamentos com encargos de compra, na Região Norte



Fontes: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

Mas se o recurso ao crédito para aquisição de habitação teve significativa expressão à escala regional, idêntico cenário se percepcionou ao nível das sub-regiões<sup>35</sup>. Destacam-se: o

<sup>35</sup> Observem-se os Quadros J e K, em Anexo.



Entre Douro e Vouga, seguindo-se o Grande Porto, o Cávado, o Ave e o Tâmega – territórios que apresentaram variações superiores às encontradas para a Região.

Sobre os alojamentos não clássicos<sup>36</sup> (ou seja, aqueles alojamentos que estando ocupados por pessoas não satisfazem inteiramente as condições de alojamento clássico, proporcionando condições de vida degradantes àqueles que neles residem), importa também tecer algumas reflexões.

Nos vinte anos em análise, apurou-se uma diminuição relativa daqueles alojamentos, quer na Região Norte (23,9%), quer no país (41,1%)<sup>37</sup>. Àquela diminuição subjaz certamente a promoção e a adopção de consecutivas medidas de política social no sentido de eliminar as dificuldades habitacionais dos grupos mais desfavorecidos. Referimo-nos especificamente ao Programa Especial de Realojamento (PER)<sup>38</sup>, ao Programa de Luta contra a Pobreza, ao Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA), ao Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas (REHABITA), entre outros<sup>39</sup>.

Todavia, em termos absolutos, na última década a Região ganhou cerca de 1.500 alojamentos familiares não clássicos – o que constituiu uma inversão da tendência da década anterior. Indicador que revela um agravamento das condições de habitação e de acesso a um alojamento condigno por parte daquelas famílias. Por oposição, no país registou-se uma ligeira descida (cerca de 300).

Quadro 10  
Distribuição percentual dos alojamentos não clássicos face ao total dos alojamentos familiares

	1981	1991	2001
Portugal	1,4	0,7	0,5
Região Norte	0,9	0,4	0,4
Alto Trás-os-Montes	1,1	0,5	0,2
Ave	0,4	0,2	0,3
Cávado	0,9	0,3	0,4
Douro	1,6	0,6	0,3
Entre Douro e Vouga	0,8	0,3	0,4
Grande Porto	0,9	0,5	0,6
Minho-Lima	0,7	0,3	0,3
Tâmega	0,6	0,4	0,3

Fontes: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

<sup>36</sup> Incluem-se nesta categoria: as barracas, os alojamentos móveis, as casas rudimentares de madeira, os alojamentos improvisados em construção não destinada à habitação e outros locais não destinados à habitação (grutas, vãos de escada, pontes, etc.).

<sup>37</sup> Confira-se o Quadro L, em Anexo.

<sup>38</sup> Trata-se de um programa de financiamento à habitação social, lançado em Maio de 1993, com o objectivo concreto de “total extinção” das barracas nas zonas mais afectadas das duas áreas metropolitanas portuguesas de Lisboa e Porto e “consequente realojamento daqueles que nelas residem” (cf. Decreto-Lei n.º 163/93).

<sup>39</sup> Sobre estes Programas, e outros, consulte-se a informação disponível no sítio [www.inh.pt](http://www.inh.pt)



Como se verifica no Quadro acima, o peso percentual dos alojamentos não clássicos na Região era ainda elevado em 2001 (0,4% do total de alojamentos familiares). Quer isto dizer que 6.891 famílias subsistiam nos 6.686 alojamentos não clássicos recenseados naquele ano; daquele total de alojamentos, 1.747 eram barracas<sup>40</sup> e 4.939 “outros não clássicos”<sup>41</sup>. Famílias, possivelmente, constituídas por pessoas que ou sempre foram pobres e, nunca tendo conhecido outro tipo de ambiente, persistem na reprodução do ciclo da pobreza ou, então, que viram as suas condições de vida degradarem-se em direcção aos limiares de pobreza, sobretudo devido ao problema do desemprego (Costa [et al.], 1999).

Um outro aspecto a considerar diz respeito à sua relativa concentração no Grande Porto – em 2001 mais de metade das barracas existentes no Norte localizava-se naquela sub-região. Aliás, três dos seus nove concelhos, no seu conjunto, reuniam 33,9% do total das barracas existentes na Região Norte: Vila Nova de Gaia (13,3%); Matosinhos (10,5%); Porto (10,1%). Denote-se que aquela concentração de barracas no Grande Porto já se desenhava nas décadas anteriores (Costa [et al.], 1999), o que traduz a dificuldade da população com menores rendimentos e mais baixas qualificações em obter uma habitação, atendendo, entre outros aspectos, aos valores elevados do mercado e à ausência de funcionamento do mercado de arrendamento habitacional (Morais, 1997).

Das considerações anteriores emerge a existência de diferentes situações habitacionais, não só as que têm a ver com o tipo de alojamento, mas também com a forma de ocupação desses alojamentos. Procuraremos, agora, avançar com a análise das condições de conforto dos espaços domésticos.

De entre os diversos indicadores optamos, primeiramente, por isolar os equipamentos de carácter infra-estrutural (electricidade, água canalizada, instalação de banho ou duche, instalações sanitárias e sistema de esgotos) para, posteriormente, prosseguirmos com a análise dos equipamentos domésticos e os de consumo durável, tidos como socialmente básicos.

Assim, em termos de infra-estruturas habitacionais, desde logo ressaltam as melhorias significativas, embora a ritmos distintos, nas três unidades territoriais em estudo<sup>42</sup>.

Começando pela electricidade, na Região Norte a percentagem de alojamentos que não a possuíam passou de 1,8% em 1991, para 0,4% em 2001. A cobertura regional era, portanto, quase total no último ano censitário.

---

<sup>40</sup> Barraca é toda a construção independente, feita geralmente com vários materiais velhos e usados e/ ou materiais locais grosseiros, sem plano determinado e que estava habitada no momento censitário.

<sup>41</sup> Por “outros alojamentos não clássicos” entenda-se os alojamentos familiares ocupados como residência habitual de, pelo menos, uma família e que foram classificados como alojamentos móveis (barcos, caravana, etc.) e/ ou casas rudimentares de madeira improvisados em local não destinado à habitação (celeiro, garagem, entre outros).

<sup>42</sup> Consulte-se os Quadros M e N, em Anexo.

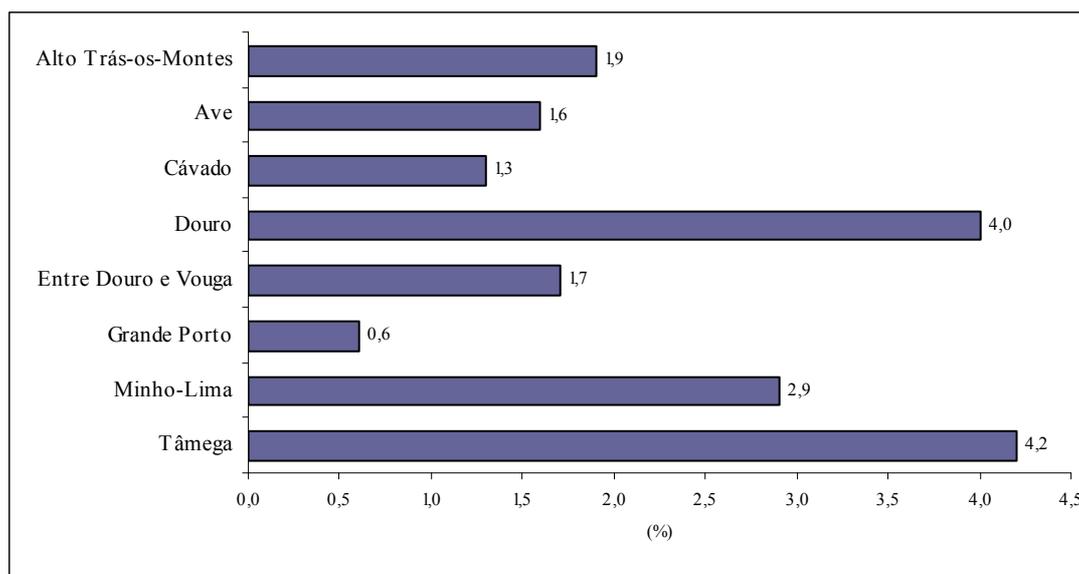


Aquela evolução positiva foi comum a todas as sub-regiões, não obstante se detectassem assimetrias entre as sub-regiões – a taxa de variação das habitações com electricidade oscilava entre os 7,7% (no Douro) e os 30,4% (no Cávado).

Por sua vez, em 9 dos 87 concelhos da Região Norte, presenciou-se uma evolução negativa (4 desses concelhos localizavam-se no Douro; 4 no Alto de Trás-os-Montes; 1 no Minho-Lima), a variar entre os 0,9% (Melgaço, no Minho-Lima) e os 81,9% (Arnamar, no Douro). Facto que muito provavelmente se associa à diminuição do número de alojamentos de residência habitual naquelas áreas geográficas.

Entre 1981 e 2001, o decréscimo de domicílios de residência sem água canalizada no interior dos alojamentos foi tal-qualmente manifesto: de 35,2% em 1981 para 2,1% em 2001, na Região Norte; de 28,5% em 1981 para 2,1% em 2001, no país. No entanto, em 2001, persistiam na Região cerca de 22.300 domicílios de residência habitual sem aquele equipamento (no interior do alojamento ou no edifício mas fora do alojamento), o correspondente a cerca de 1,9% do total daqueles alojamentos. À semelhança do que ocorreu nas décadas anteriores, o Tâmega e o Douro apresentavam o maior número de habitações nessas condições. Acresce-se que o Tâmega não só representava a sub-região com maior volume de domicílios sem água canalizada, como era também a que detinha a maior percentagem de habitações com água canalizada fora do alojamento (mais do dobro do valor encontrado para Portugal).

Gráfico 11  
Distribuição percentual dos alojamentos familiares de residência habitual sem água canalizada, por NUTS III da Região Norte, em 2001



Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População*.



Se fizermos uma análise mais desagregada por concelhos, aferimos que, no ano de 2001, em 16 concelhos da Região Norte mais de 5,0% do total de alojamentos familiares continuava a não ter água canalizada. Destacam-se como mais carenciados os concelhos de: Peso da Régua (20,9%), no Douro; Resende (16,1%), Baião (12,3%) e Cinfães (11,3%), no Tâmega. Dados que denunciam as parcas condições de vida experienciadas por uma parte da população daquelas regiões.

Também em matéria de instalação de banho ou duche nos espaços domésticos se assistiu a um avanço importante, sobretudo no primeiro decénio (entre 1981 e 1991). Na década seguinte (entre 1991 e 2001), aquela evolução positiva foi comum a todas as sub-regiões, embora diferenciada: a taxa de variação das habitações com banho ou duche vacilava entre os 33,3% (no Minho-Lima) e os 68,5% (no Tâmega). Significa isto que todas as sub-regiões aduziam valores mais altos do que os encontrados para o país (33,0%). Ao nível concelhio, as disparidades eram ainda mais notórias. Aquelas taxas variavam entre os 6,0% no concelho do Porto (no Grande Porto) e os 83,0% em Cabeceiras de Basto (no Tâmega).

As melhorias são, portanto, manifestas. Mas, em 2001 a percentagem de alojamentos sem instalação de banho ou duche era ainda de 8,2% na Região Norte – quase 2,0% a mais do peso encontrado para Portugal (Quadro 11). Este progresso foi notado em todas as sub-regiões. Porém, no Douro, no Tâmega, no Alto Trás-os-Montes e no Minho-Lima, o peso das habitações sem banho ou duche superava o encontrado para o país – sendo que no Douro e no Tâmega esses valores duplicavam os de Portugal.

Quadro 11  
Distribuição percentual dos alojamentos familiares de residência habitual, sem instalação de banho ou duche, face ao total daquele tipo de alojamentos

	1981	1991	2001
Portugal	42,6	18,2	6,3
Região Norte	52,4	23,3	8,2
Alto Trás-os-Montes	71,7	33,9	10,9
Ave	49,3	21,2	6,7
Cávado	49,8	19,6	6,0
Douro	71,1	35,7	13,6
Entre Douro e Vouga	46,7	20,2	7,4
Grande Porto	33,8	14,8	5,8
Minho-Lima	54,8	25,5	10,0
Tâmega	68,5	36,8	13,2

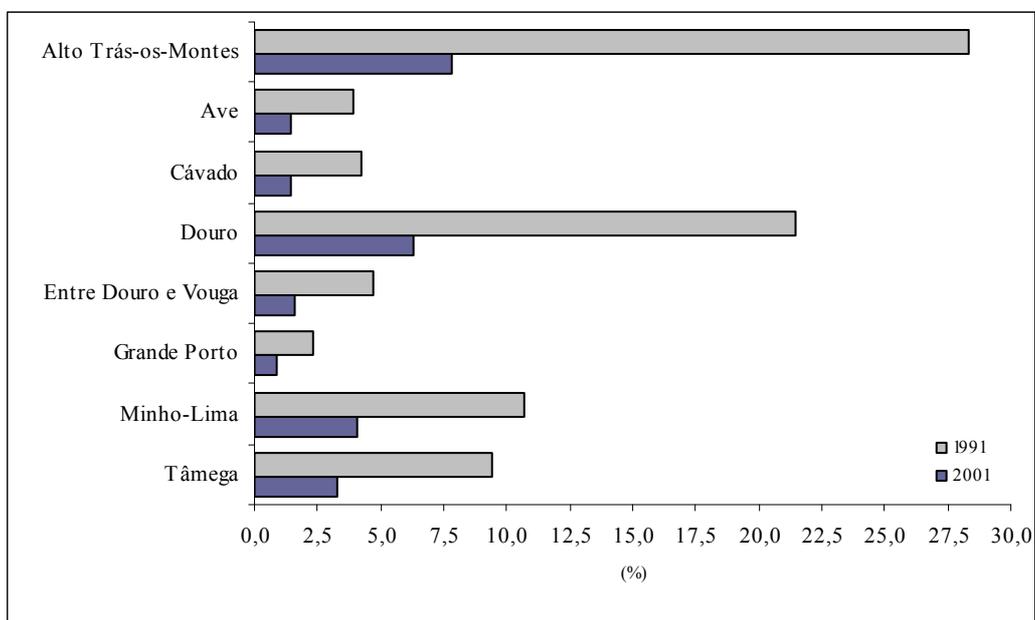
Fontes: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.



Descendo ao nível concelhio, é de salientar que em 2001, do total dos concelhos que constituem a Região, em 7 desses concelhos mais de 20,0% dos alojamentos não tinha banho ou duche. Sobressaem: Resende (30,6%), Peso da Régua (28,4%) e Cinfães (28,0%).

No que concerne às instalações sanitárias, os desenvolvimentos são similares aos dos outros indicadores. No entanto, em 2001 o peso de alojamentos sem instalações sanitárias (no alojamento ou fora do alojamento, mas no edifício) era ainda de 2,5%, quer na Região, quer no país<sup>43</sup>.

Gráfico 12  
Distribuição percentual dos alojamentos familiares de residência habitual, sem retrete, face ao total daquele tipo de alojamentos



Fontes: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

Aquela melhoria comprovou-se em todas as sub-regiões. No entanto, como se observa no Gráfico acima, continuava a ser no Alto Trás-os-Montes e no Douro que se localizavam as percentagens mais elevadas quanto à ausência de instalações sanitárias (7,8% e 6,3%, respectivamente). Seguiam-se o Minho-Lima (4,1%) e o Tâmega (3,3%) – com valores superiores aos registados para a Região Norte e para o país.

Uma análise por concelhos reforça a melhoria generalizada em matéria de instalações sanitárias. Em 1991, 32 dos concelhos da Região apresentavam mais de 25,0% de alojamentos sem aquele equipamento; em 2001, não se atingiu essa percentagem em nenhum concelho (o valor mais elevado revelou-se em Boticas: 14,8%). Outro aspecto sobressai: o aumento do peso das habitações com retrete fora do alojamento (em 10 dos 83 concelhos com variação positiva,

<sup>43</sup> Conforme o Quadro O, em Anexo.



esse valor ultrapassou os 40,0%) – resultado, provavelmente, da agilização de algumas políticas sociais, designadamente dos Projectos de Luta contra a Pobreza.

Paralelamente, cresceu o número de habitações com sistema de esgotos, tanto na Região Norte (33,6%), como no país (25,9%). Contudo, em 2001, 2,0% dos alojamentos na Região não tinham sistema de esgotos (Quadro 12).

Aquela melhoria verificou-se em todas as sub-regiões do Norte. O Tâmega, o Douro, o Minho-Lima e o Douro continuavam a destacar-se, desta feita pelo volume de domicílios que não estavam ligados a um sistema de esgotos. Uma análise por concelhos corrobora aquelas mudanças. Em 1991, 42 dos concelhos da Região apresentavam mais de 20,0% de alojamentos sem sistema de esgotos; em 2001, somente um concelho superou esse valor – Peso da Régua, com 20,9%; todos os outros concelhos ficaram consideravelmente abaixo daquela percentagem.

Quadro 12  
Distribuição percentual dos alojamentos familiares de residência habitual, sem sistema de esgotos, face ao total daqueles alojamentos

	1991	2001
Portugal	9,4	1,7
Região Norte	11,4	2,0
Alto Trás-os-Montes	28,5	2,2
Ave	9,2	1,6
Cávado	7,3	1,4
Douro	22,9	4,2
Entre Douro e Vouga	6,3	1,8
Grande Porto	4,1	0,7
Minho-Lima	15,0	3,2
Tâmega	19,1	4,5

Fontes: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

Por fim, analisamos as condições das habitações relativamente à existência ou não de cozinha ou de *kitchenette*. A situação é bastante favorável. A taxa de cobertura daquele equipamento era quase total. A excepção continua a ser no Douro, onde, em 2001, 0,5% das habitações não possuíam cozinha ou *kitchenette*. Também ao nível concelhio essa ausência era perceptível. Praticamente todos os concelhos apresentavam valores iguais ou superiores a 99,0%. Somente Amares (no Cávado) exibia uma percentagem na ordem dos 98,3%. É de salientar que em Paredes de Coura (no Minho-Lima) todas as casas recenseadas tinham cozinha. Este era, aliás, o único concelho da Região Norte que mostrava um valor de 100,0% no que concerne a habitações de residência habitual com aquele equipamento.

No decorrer das duas décadas em estudo são, desde logo, incontestáveis as melhorias generalizadas em matéria de infra-estruturas habitacionais, qualquer que seja a unidade territorial em análise. Tais melhorias não poderão ser dissociadas, como já referimos, da



proliferação de políticas sociais implementadas no país, com especial incidência na década noventa do século passado.

Não obstante, em termos globais, as condições de habitabilidade tenham melhorado consideravelmente, é de salientar que na Região Norte, em 2001, existiam áreas territoriais onde as condições de vida das populações se mantinham severas e as infra-estruturas habitacionais básicas incipientes. Alguns estudos efectuados neste âmbito evidenciam que são os grupos sociais mais vulneráveis a situações de pobreza e de exclusão os que subsistem nessas condições. Referimo-nos nomeadamente aos idosos pensionistas, aos assalariados de baixo nível de remuneração, aos trabalhadores precários e da economia informal, aos desempregados e às minorias étnicas, quer por constituírem grupos socialmente marginalizados, quer por usufruírem de rendimentos que se situam, não raras vezes, abaixo do limiar de pobreza. De um modo geral, aqueles segmentos acumulam baixos níveis de instrução, baixos rendimentos, isolamento físico e/ou social, baixa participação social e cívica, a que se juntam condições de habitação e de conforto desfavoráveis<sup>44</sup>.

Num contexto de desigualdades sociais face ao alojamento, as assimetrias regionais são, portanto, visíveis. Distinguem-se como mais carenciadas as sub-regiões do Douro e do Tâmega, seguindo-se a do Alto Trás-os-Montes. Registe-se que, quando comparadas entre si e ou com a Região Norte e o país, aquelas sub-regiões apresentavam diferenciais significativos nos diversos indicadores observados<sup>45</sup>.

Na continuação da análise que temos vindo a desenvolver, afigura-se-nos igualmente importante avançar com outros indicadores de bem-estar social que facultem informações adicionais sobre as condições sócio económicas das populações.

Assim, e tomando como referência os Indicadores de Conforto (1990, 1995 e 1997)<sup>46</sup>, produzidos pelo INE, denota-se que, apesar da proximidade temporal, se vem assistindo a uma renovação do parque habitacional. Em 1997, na Região Norte, cerca de 23,0% das habitações foram construídas a partir dos anos oitenta do século passado, percentagem que, em 1990, não atingia os 16,0%.

---

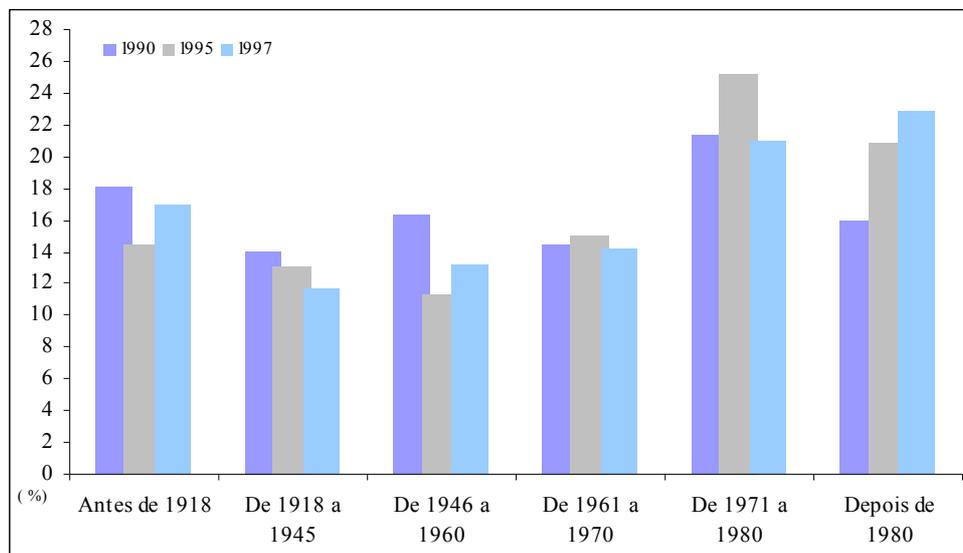
<sup>44</sup> Sobre esta questão veja-se, entre outros, Almeida [et al] (1992; 2000); Costa (1999; 2000); Capucha (2005); Ferreira (2000; 2005); INE (1999); ISS (2005), Rodrigues (2006).

<sup>45</sup> Os valores enunciados no Quadro O, em Anexo, são elucidativos desses diferenciais inter regionais.

<sup>46</sup> Vejam-se os Quadros H.04.01 e H.05.01 da Base de Dados.



Gráfico 13  
Ano de construção dos alojamentos, para a Região Norte (%)



Fontes: INE, *Indicadores de Conforto das Famílias*, 1990, 1995 e 1997.

No que concerne ao tipo de edifícios, constata-se que, naquele horizonte temporal, os agregados familiares residiam maioritariamente no tipo-vivenda, em detrimento dos apartamentos. Em termos de superfície habitável verifica-se que na Região a proporção de alojamentos com áreas habitáveis de 80 e mais m<sup>2</sup> aumentou de 1990 para 1995 e de 1995 para 1997. Já para o país, apesar de uma subida significativa de 1990 para 1995, registou-se uma estagnação tanto em 1995 como em 1997.

Por sua vez, o número de divisões por alojamento tem vindo a diminuir: em 1990, na Região Norte, 85,3% dos domicílios tinham 4 e mais divisões; em 1997, apenas 62,4%. Conquanto a maioria dos alojamentos continuasse a ter 4 ou mais divisões, o número de habitações até 3 divisões cresceu consideravelmente entre 1990 e 1997 – na Região o peso dos alojamentos até 3 divisões passou de 14,8%, em 1990 para 37,7% em 1997. Esta tendência poderá explicar-se, por um lado, pela evolução demográfica e, subsequentemente, pelas transformações ao nível das estruturas familiares que vêm ocorrendo nas últimas décadas; por outro, pelo elevado preço das habitações.

Mas porque as condições de vida das populações não se esgota nos equipamentos de carácter infra-estrutural das habitações, pensamos ser igualmente necessário analisar o posicionamento da Região Norte relativamente à existência nos alojamentos de residência habitual de alguns equipamentos domésticos e de consumo durável, considerados socialmente básicos.

Deste modo, e tendo por base os dados relativos aos indicadores de conforto das famílias, produzidos pelo INE, é possível constatar a evolução recente relativamente à



existência daqueles equipamentos. No ano de 2000, mais de 97,0% dos domicílios, denunciavam o acesso ou cobertura generalizada de diversos equipamentos e aparelhos domésticos. Encontravam-se neste conjunto: o fogão, o frigorífico, a televisão. Com uma cobertura média, entre os 50,0% e os 80,0% das habitações estavam: a máquina de lavar roupa, os aparelhos de aquecimento de água, o telefone, o aspirador, o automóvel ligeiro/misto e a arca congeladora. Abaixo dos 50,0%, mas acima dos 20,0%: o telemóvel, os aparelhos de aquecimento eléctricos, o vídeo gravador, a máquina de costura, o material fotográfico (e similar), o leitor de CD's, o computador pessoal, a bicicleta sem motor, o micro-ondas e os aparelhos de aquecimento não eléctricos. Com menos de 20,0%: a televisão por cabo, a máquina de lavar louça, a motorizada, a câmara de vídeo e a antena parabólica. Por último, abaixo dos 10,0%: a máquina de secar roupa, o desumidificador e a moto.

Embora o número de anos comparados seja diminuto, denotam-se diferenças entre 1990 e 2000 para alguns bens de equipamento. É o caso da televisão, da máquina de lavar roupa, do telefone e dos aparelhos de aquecimento. Bens que se têm vindo a disseminar. Em 2000, cerca de 98,0% dos agregados da Região Norte tinham televisão, 82,2% dispunham de máquina de lavar roupa, 75,5% usufruíam de telefone, 67,5% possuíam aparelhos de aquecimento; enquanto em 1990, essas percentagens eram de 90,5%, 42,3%, 40,2% e 43,6% respectivamente. De notar que alguns bens mais recentes, tais como o computador pessoal, o micro-ondas, o leitor de CD's e a televisão por cabo têm vindo a ser usufruídos por um número crescente de famílias. Mas, é o telemóvel que se destaca pela rapidez da mudança: em cinco anos, o seu acesso na Região passou de cerca de 3,0% em 1995, para 47,4% em 2000. Também o número de domicílios com automóvel ligeiro/misto aumentou significativamente, ainda que em menor grau, cerca de 20 pontos percentuais entre 1990 e 2000.

Por último, e porque o nosso objectivo passa por identificar as principais transformações ao nível das condições e da qualidade de vida das populações, recorreremos aos estudos de Cónim (1998; 1999; 2002) sobre os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), para caracterizar a Região Norte e as suas NUTS III (Quadro 13). Tomando o conceito de desenvolvimento no seu sentido mais amplo, traduzido pela melhoria das condições e da qualidade de vida das pessoas (nos seus múltiplos aspectos), o IDH traduz-se num índice composto, sendo as suas componentes básicas as relacionadas com a esperança de vida, a educação, as condições de vida e o rendimento.



Nesta linha de reflexão, procedemos a uma análise sucinta de cada um dos índices sectoriais utilizados (educação, longevidade, conforto, rendimento ajustado e produto interno bruto), realçando o comportamento da Região e das suas NUTS, em confronto com o do país<sup>47</sup>.

Quadro 13  
Índices sectoriais de Desenvolvimento Humano, em 1999

	IEDU	IEV	IC	IRA	IPIB
Portugal	0,922	0,853	0,952	0,894	0,466
Região Norte	0,933	0,846	0,941	0,875	0,380
Alto Trás-os-Montes	0,848	0,835	0,925	0,850	0,293
Ave	0,937	0,842	0,948	0,873	0,374
Cávado	0,938	0,834	0,950	0,860	0,327
Douro	0,881	0,841	0,914	0,857	0,316
Entre Douro e Vouga	0,943	0,848	0,948	0,875	0,380
Grande Porto	0,966	0,848	0,965	0,904	0,519
Minho-Lima	0,899	0,849	0,946	0,848	0,287
Tâmega	0,916	0,853	0,907	0,823	0,221

Legenda: Índice de Educação (IEDU); Índice de Esperança de Vida (IEV); Índice de Conforto (IC); Índice de Rendimento Ajustado (IRA); Índice do PIB Real (IPIB).

Fonte: Cónim (2002).

O nível de educação constitui, desde logo, uma variável de suma importância uma vez que tende a caracterizar o nível de desenvolvimento das sociedades e dos indivíduos. Trata-se de uma componente fortemente correlacionada com outros indicadores, em particular ao nível do acesso a melhores e mais bem remunerados postos de trabalho, bem como a uma maior longevidade (Cónim, 1999). Na determinação do Índice de Educação (IEDU), estima-se a desigualdade em matéria de conhecimentos adquiridos, identificados com a taxa de alfabetização da população com 15 e mais anos de idade. Assim, e como mostra o Quadro 13, em 1999 o Norte detinha um índice de 0,933 tendo a média nacional ficado pelos 0,922. Entre as sub-regiões o valor máximo é sustentado pelo Grande Porto (0,966) e o mínimo pelo Alto Trás-os-Montes (0,848). De registar que quatro sub-regiões não atingiram o patamar do país (Alto Trás-os-Montes, Douro, Minho-Lima e Tâmega).

A esperança de vida à nascença, ou vida média do indivíduo, por seu lado, representa o número de anos que em média uma pessoa pode esperar viver. Por outras palavras, traduz a longevidade de uma determinada população. Esta variável constitui, no seu conjunto um dos indicadores mais representativos do nível de saúde das populações e relaciona-se em larga medida com outros indicadores, nomeadamente os níveis de rendimentos, de educação, do tipo de habitação, entre outros. O aumento da esperança média de vida dos indivíduos constitui, por conseguinte, um indicador importante e sintético das condições de vida das populações. Neste

<sup>47</sup> Para melhor compreensão da metodologia utilizada, apelamos à leitura dos diversos estudos de Cónim (1998; 1999; 2002). Acresce-se que a análise que efectuamos toma por base aqueles estudos.



sentido, em termos de Índice da Esperança de Vida (IEV), a Região patenteava em 1999 o valor de 0,846. A NUTS do Tâmega era aquela que expressava o valor máximo de longevidade (0,853 – valor igual à média do país); no extremo exposto, encontrava-se o Cávado (0,834) e o Alto Trás-os-Montes (0,835). Note-se que, com excepção do Tâmega, as restantes NUTS III tinham um índice de longevidade inferior ao do território nacional.

O Índice de Conforto, por sua vez, resulta da média ponderada dos indicadores relacionados com as condições de habitabilidade das populações, traduzida através de algumas das variáveis já explanadas, a saber: a disponibilidade de electricidade, de água canalizada e de instalações sanitárias nas unidades de alojamento. Neste contexto, em 1999 a Região Norte assumia o valor de 0,941 e o país a média de 0,952. Entre as sub-regiões os valores oscilavam entre 0,907 (no Tâmega) e 0,965 (no Grande Porto). De realçar que os índices mais baixos se registaram no Tâmega (0,907), no Douro (0,914) e no Alto Trás-os-Montes (0,925) – resultados que consolidam os défices de conforto já indiciados para aquelas sub-regiões.

O quarto indicador – o nível de vida –, reporta-se à variável relacionada com o rendimento. Esta é uma variável com elevado grau de dificuldade em termos de quantificação, o que resulta, por um lado, do próprio significado da variável em si; por outro, do peso dos rendimentos não contabilizados, provenientes quer do sector informal da economia, quer das sociedades predominantemente rurais (Cónim, 1999). Deste modo, e tendo por base o proposto pela Organização das Nações Unidas (valores máximos e valores mínimos do Produto Interno Bruto real *per capita* em paridades de poder de compra – PIB real ppc), o Índice do PIB Real Ajustado (IRA) sugere-nos as diferenças ocorridas na distribuição interna de rendimentos reais, no pressuposto da equivalência entre o PIB real ppc e o Rendimento Real.

Como se constata no Quadro 13, a Região Norte apresentava em 1999 um IRA de 0,875, sendo a média nacional de 0,894. A sub-região com o referente mais elevado deste índice era o Grande Porto com 0,904 (que ultrapassava o índice do país); por seu turno, a sub-região do Tâmega era aquela que exibía o valor mínimo (0,823). Com excepção do Grande Porto, as restantes NUTS III possuíam como indicativos do índice valores menores que o do conjunto nacional, o que ilustra as desigualdades na distribuição do rendimento e as disparidades quer intra regionais, quer da Região comparativamente ao país.

Quanto ao Índice do PIB real *per capita* (IPIB), a sua apreciação pode parecer redundante face ao índice anterior. Contudo, o IPIB foi calculado tendo por base valores ajustados à realidade dos municípios portugueses. Isto com o propósito de estruturar uma avaliação mais real com a situação regional. Considerou-se assim o valor mais elevado do PIB *per capita* registado no conjunto dos concelhos de Portugal referente a 1999 (concelho de Lisboa: 1999 = 100), como o rendimento mais elevado e susceptível de satisfazer as necessidades humanas em termos de rendimento dos indivíduos.



A Região detinha, como podemos presenciar no Quadro acima, um IPIB de 0,380 valor abaixo do encontrado para o país (0,466). A disparidade registada no interior da Região em termos deste indicador é deveras elucidativa: o índice mais alto pertencia ao Grande Porto (0,519) e os mais baixos ao Tâmega (0,221), ao Minho-Lima (0,287), ao Alto Trás-os-Montes (0,293) e ao Douro (0,316).

Baseando-nos no conjunto daqueles cinco índices, passamos a atentar aos três índices sintéticos construídos a partir dos indicadores acima descritos (a educação, a longevidade, o conforto, o rendimento ajustado e o PIB real *per capita*). Referimo-nos, especificamente, aos índices sugeridos por Cónim, a saber: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); o Índice de Desenvolvimento Económico e Social (IDES); o Índice de Desenvolvimento Social (IDS).

Com o IDH procura-se, segundo Cónim (1999, p. 12), responder de um modo global e integrado “à quantificação da condição humana, numa perspectiva alargada e global, abrangendo teoricamente todos os aspectos relacionados com o bem estar material, físico e psicológico dos indivíduos”, uma vez que sintetiza um conjunto de indicadores de crescimento económico, de melhoria de condições de vida, de acesso a bens essenciais à saúde, à educação, entre outros.

O IDES substitui na anterior média aritmética do IDH o Índice de Rendimento Ajustado pelo Índice do PIB, tomando-se em linha de conta a capacidade de criação de riqueza. São, ponderados os valores do PIB real a preços constantes, considerando-se o valor máximo desta variável registado a nível concelhio. O Índice do PIB assim calculado corresponde ao índice do nível de vida, o qual entra na composição do índice composto de desenvolvimento.

Finalmente, com o IDS pretende-se auscultar o nível de vida integrado das populações, tendo por base somente três índices (educação, longevidade e conforto), ponderados aritmeticamente. Não se considera, portanto, a componente referente ao “nível de vida” ou ao “rendimento”.

Partindo, então, daqueles três índices, são visíveis as diferenças entre os territórios em causa, não obstante a evolução positiva que vem ocorrendo desde os anos oitenta.

Em termos de IDH, e como podemos apreciar no Quadro 14, em 1999 a Região mostrava o valor de 0,899 e as oito sub-regiões em análise expunham 0,890 como média do IDH – resultados significativamente abaixo quando comparados com a média alcançada no país (0,905). Entre aquelas NUTS III, o valor mais elevado foi imputado ao Grande Porto (0,921) e o menor ao Alto Trás-os-Montes (0,864). Acresce-se que em matéria de evolução deste índice entre as NUTS III, no período que medeia 1981 e 1999, a melhoria mais acentuada aconteceu nas NUTS do Douro (22,1%) e do Alto Trás-os-Montes (21,5%). Por oposição, o Grande Porto apresentou a evolução menos significativa (6,6%). A diferenciação deste comportamento compreende-se pela maior visibilidade alcançada pelos projectos de desenvolvimento nas áreas



geográficas cujos valores do IDH, em 1981, eram menores, o que levou a crescimentos relativamente mais elevados comparativamente à NUTS cujo valor já então era mais alto (Mourão, 2004). A Região, por seu turno, apresentou um comportamento muito próximo do observado para o território nacional.

Quadro 14  
Evolução dos Índices de Desenvolvimento Humano, entre 1981 e 1999

	Índice de Desenvolvimento Humano				Índice de Desenvolvimento económico e Social				Índice de Desenvolvimento Social			
	1981	1991	1995	1999	1981	1991	1995	1999	1981	1991	1995	1999
Portugal	0,814	0,876	0,891	0,905	0,671	0,751	0,771	0,798	0,805	0,878	0,894	0,909
Região Norte	0,808	0,870	0,886	0,899	0,663	0,735	0,755	0,775	0,797	0,874	0,893	0,907
Alto Trás-os-Montes	0,711	0,818	0,841	0,864	0,553	0,670	0,695	0,725	0,683	0,814	0,843	0,869
Ave	0,821	0,874	0,893	0,900	0,683	0,739	0,761	0,775	0,811	0,879	0,903	0,909
Cávado	0,813	0,871	0,886	0,897	0,664	0,726	0,748	0,763	0,809	0,883	0,898	0,909
Douro	0,716	0,830	0,852	0,874	0,558	0,687	0,710	0,738	0,688	0,826	0,854	0,879
Entre Douro e Vouga	0,833	0,882	0,894	0,904	0,695	0,747	0,764	0,780	0,827	0,891	0,904	0,913
Grande Porto	0,864	0,898	0,911	0,921	0,733	0,787	0,803	0,824	0,865	0,901	0,916	0,926
Minho-Lima	0,779	0,853	0,865	0,886	0,626	0,703	0,720	0,745	0,768	0,864	0,875	0,898
Tâmega	0,763	0,836	0,856	0,875	0,608	0,680	0,703	0,724	0,750	0,847	0,871	0,892

Fonte: Cónim (2002).

Quanto ao IDES, a Região Norte tomava, em 1999, o valor de 0,775, sendo a média das suas NUTS III de 0,759 – contra os 0,798 encontrados para o país. No interior da Região o valor máximo alcançado foi de 0,824 (no Grande Porto) e o mínimo de 0,724 (no Tâmega). A evolução deste índice torna ainda mais visível a diferenciação dos ritmos de crescimento intra regional: o Douro e o Alto Trás-os-Montes, como anteriormente já foi notado, foram as NUTS com maior variação deste índice (32,3% e 31,1% respectivamente); em contrapartida o Grande Porto registava um dos ritmos menores. Todavia, é de referir que a menor variação no período focado (1891-1999) foi sustentado pelo Entre Douro e Vouga (12,2%). A Região Norte evoluiu também positivamente (16,9%), embora a variação fosse dois pontos percentuais abaixo da verificada para o país (18,9%).

Relativamente ao IDS, o Norte ostentava em 1999 um valor de 0,907 e a média das NUTS III assumia um índice de 0,899. À escala nacional, o IDS era de 0,909. Das oito sub-regiões, o IDS melhor sucedido pertencia ao Grande Porto (0,926) e o menor ao Alto Trás-os-Montes (0,869). A evolução no interior da Região operada ao nível deste índice sugere-nos uma progressão mais marcada no Douro (27,8%) e no Alto Trás-os-Montes (27,2%). O Grande Porto continua, neste caso, a registar a menor evolução (7,0%). As razões para esta disparidade já foram anteriormente enunciadas. Sublinhe-se que o Norte apresentou uma variação positiva na ordem dos 13,8%, superando a registada para o país (12,9%).



Desde logo, e de acordo com aqueles dados extraídos de Cónim, podemos reter alguns apontamentos: com excepção do IEDU, a Região Norte assume genericamente índices abaixo dos encontrados para o país; entre as sub-regiões é o Grande Porto que reúne os valores mais altos dos índices, estando subjacente um nível de desenvolvimento elevado quando comparado às outras sub-regiões do Norte; persistem NUTS III (o Alto Trás-os-Montes, o Tâmega e o Douro) com tendência a apresentarem os valores mais baixos; são perceptíveis as disparidades quer intra regionais, quer entre a Região e o país, nomeadamente em termos de IRA e do IPIB, constatação que indicia clivagens quanto ao perfil produtivo da sub-regiões, bem como quanto à distribuição do rendimento, com consequências em termos das condições e da qualidade de vida das populações.

Em termos conclusivos, parece-nos ter cabimento algumas notas, a propósito das transformações que ao longo das últimas décadas foram paulatinamente transformando a Região Norte.

As evoluções detectadas nos dois últimos decénios são notórias. A análise dos dados sugere-nos semelhanças em termos da evolução, quer ao nível da habitação, quer das condições de conforto, entre a Região Norte e o território nacional.

Naquelas duas unidades territoriais verifica-se a presença de mudanças consideráveis na situação habitacional, marcadas por uma significativa expansão dos recursos habitacionais, de que resultam transformações quantitativas e qualitativas no parque habitacional, que se reflectem, por exemplo, nos indicadores relativos às infra-estruturas, aos equipamentos domésticos e às condições de alojamento.

Igualmente se constata o aumento dos casos em que a família é a proprietária do alojamento em que reside, situação acompanhada por um acréscimo dos encargos financeiros suportados pelas famílias, decorrentes de empréstimos bancários para aquisição de habitação própria.

Num olhar mais minucioso, as transformações a que aludimos assumem, entretanto, padrões regionais específicos, caracterizando a heterogeneidade da Região Norte. Isto porque, apesar das dinâmicas positivas ao nível das infra-estruturas habitacionais (electricidade, água canalizada, instalação de banho ou duche, instalações sanitárias), persistem continuidades face ao passado recente. Referimo-nos concretamente às fracas condições de habitabilidade ainda evidentes em algumas das sub-regiões que constituem a Região Norte, a saber: no Douro e no Alto Trás-os-Montes e no Tâmega<sup>48</sup>. Apesar da implementação de diversos Programas com

---

<sup>48</sup> Utilizando a Tipologia adoptada em ISS (2005), estamos perante territórios “envelhecidos e desertificados” (no caso do Douro e do Alto Trás-os-Montes) e de um “espaço industrial desqualificado” (no caso do Tâmega).



vista a colmatar as dificuldades habitacionais dos segmentos populacionais mais fragilizados, os problemas perduram. Facto que poderá resultar da ausência de políticas de habitação consistentes, continuadas e compreensivas em Portugal (Capucha [et al.], 2005).

Por outro lado, à fragilidade das condições de habitação e de conforto parecem associar-se factores de ordem material (as reduzidas ou inexistentes qualificações escolares e profissionais, a situação de desemprego e o desemprego de longa duração, as baixas pensões e salários), bem como factores de ordem socio-demográfica (envelhecimento da população, desertificação), tal como demonstram vários estudos relacionados com a problemática da pobreza e da exclusão social.

Por sua vez, no que concerne aos bens de consumo individual e doméstico, a sua expansão é notável. O telefone, a televisão, as máquinas de cozinha e de roupa, o automóvel, os computadores e os telemóveis são exemplos de equipamentos que se generalizam a um grande número dos agregados familiares.

Por fim, embora se reconheça uma evolução favorável da qualidade e das condições de vida na Região, medida através dos Índice de Desenvolvimento, as desigualdades intra regionais, por um lado, entre a Região e o país, por outro, permanecem. Desigualdades relativas quer à distribuição dos rendimentos, quer ao perfil produtivo das regiões, as quais podem comprometer os propósitos integrados de desenvolvimento. Constatação que nos leva a equacionar a necessidade de conceber políticas regionais territorializadas e de carácter integrado que acautelem as disparidades regionais, promovam o desenvolvimento sustentado das regiões e, subsequentemente, fomentem a aproximação em termos de desempenho económico e social nas sub-regiões, em particular, e na Região Norte, em geral.



ANEXO



Quadro A  
População residente segundo o principal meio de vida para a Região Norte

	1981			1991			2001		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Total da População Residente	3.410.099	1.641.885	1.768.214	3.472.715	1.677.310	1.795.405	3.687.293	1.782.931	1.904.362
Total da População Residente com mais de 12 anos	2.632.349	1.245.434	1.386.915	2.890.158	1.379.268	1.510.890	3.180.479	1.522.942	1.657.537
Meios de vida									
Trabalho	1.307.206	850.873	456.333	1.509.267	880.694	628.573	1.633.100	925.550	707.550
Subsídio de desemprego	12.542	5.594	6.948	33.608	17.281	16.327	77.150	35.258	41.892
Subsídio temporário por acidente ou doença de trabalho	4.400	2.882	1.518	17.521	9.617	7.904	16.004	8.160	7.844
Outros subsídios temporários	7.640	3.799	3.841	6.990	3.243	3.747	6.786	2.082	4.704
A cargo da família	811.239	182.245	628.994	621.304	174.902	446.402	554.106	157.515	396.591
Pensão de qualquer natureza	445.661	180.790	264.871	545.055	223.741	321.314	660.107	285.888	374.219
Assistência/Apoio Social	3.100	1.070	2.030	24.361	9.341	15.020	8.496	3.348	5.148
Rendimentos de propriedade	17.027	7.197	9.830	18.329	7.904	10.425	19.898	10.093	9.805

Fontes: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

Quadro B  
Variação percentual da população residente segundo o principal meio de vida para a Região Norte

	1981-1991			1991-2001		
	HM	H	M	HM	H	M
População Residente	1,8	2,2	1,5	6,2	6,3	6,1
População Residente com mais de 12 anos	9,8	10,7	8,9	10,0	10,4	9,7
Trabalho	15,5	3,5	37,7	8,2	5,1	12,6
Subsídio de Desemprego	168,0	208,9	135,0	129,6	104,0	156,6
Subsídio Temporário por Acidente ou Doença de Trabalho	298,2	233,7	420,7	-8,7	-15,2	-0,8
Outros Subsídios Temporários	-8,5	-14,6	-2,4	-2,9	-35,8	25,5
A Cargo da Família	-23,4	-4,0	-29,0	-10,8	-9,9	-11,2
Pensão de Qualquer Natureza	22,3	23,8	21,3	21,1	27,8	16,5
Assistência / Apoio Social	685,8	773,0	639,9	-65,1	-64,2	-65,7
Rendimentos de Propriedade	7,6	9,8	6,1	8,6	27,7	-5,9

Fontes: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.



Quadro C  
Despesa em Protecção Social *per capita*, em euros

	1993	1995	1997	1999	2001	2003
Bélgica (BE)	6.361,2	5.867,1	5.926,8	6.299,1	6.875,0	7.711,1
Republica Checa (CZ) b)	a)	713,8	906,1	1.053,4	1.311,1	1.603,2
Dinamarca (DK)	7.282,7	8.479,2	8.578,5	9.147,2	9.775,0	10.799,7
Alemanha (DE)	5.864,6	6.653,8	6.717,9	7.147,6	7.529,3	7.918,3
Estónia (EE)	a)	a)	a)	a)	664,2	807,8
Grécia (EL)	1.680,1	1.884,5	2.315,9	2.757,6	3.249,5	3.671,1
Espanha (ES) b)	2.573,3	2.505,2	2.656,7	2.872,5	3.253,2	3.705,8
França (FR)	5.674,1	6.132,7	6.388,0	6.779,9	7.246,8	7.960,4
Irlanda (IE)	2.407,3	2.668,9	3.200,7	3.517,5	4.543,8	5.740,9
Itália (IE) b)	3.939,8	3.659,9	4.614,4	4.912,5	5.466,5	5.976,5
Chipre (CY)	a)	a)	a)	a)	2.298,5	3.004,5
Letónia (LV)	a)	a)	345,3	491,6	5.64,2	575,7
Lituânia (LT)	a)	a)	341,2	477,3	574,1	645,9
Luxemburgo (LU)	6.910,0	8.018,5	8.393,7	9.454,6	10.630,1	12.652,6
Hungria (HU)	a)	a)	a)	912,8	11.24,9	1.555,8
Malta (MT)	a)	1.170,0	1.493,3	1.668,4	1.896,4	1.955,2
Países Baixos (NL)	5.851,9	6.340,3	6.262,4	6.614,3	7.391,8	8.307,4
Áustria (AT)	5.740,7	6.625,1	6.605,8	7.190,9	7.663,3	8.204,4
Polónia (PL)	a)	a)	a)	a)	1.153,4	1.045,8
Portugal (PT)	1.547,0	1.823,3	1.991,4	2.398,5	2.857,4	3.192,2
Eslovénia (SI)	a)	a)	2.147,8	2.513,9	2.793,4	3.060,2
Eslováquia (SK)	a)	516,9	6.93,8	7.16,9	829,9	990,6
Finlândia (FI)	5.025,1	6.158,6	6.153,8	6.235,2	6.713,7	7.426,9
Suécia (SE)	7.424,8	7.447,6	8.139,0	8.514,8	8.693,0	10.015,3
Reino Unido (UK) b)	4.133,8	4.217,3	5.526,5	6.182,8	7.459,1	7.115,5
União Europeia 25 b)	a)	a)	a)	a)	5.586,5	5.964,9
União Europeia 15	4.682,9	4.996,0	5.453,9	5.861,9	6.454,9	6.880,1

Notas: a) Dado provisório.

b) Dado não disponível.

Fonte: European Social Statistics, *Social Protection*.

Quadro D  
Variação percentual do número de beneficiários do subsídio de desemprego

	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2002-2005
Portugal	30,3	13,3	-7,3	36,8
Região Norte	37,8	20,3	-6,9	54,4
Alto Trás-os-Montes	40,4	12,1	-10,8	40,3
Ave	49,1	25,2	-1,1	84,6
Cávado	34,5	12,0	-2,4	47,0
Douro	17,7	14,6	-5,7	27,2
Entre Douro e Vouga	37,6	27,5	-0,8	74,1
Grande Porto	34,1	19,2	-10,2	43,5
Minho-Lima	17,9	16,0	-7,8	26,1
Tâmega	55,0	26,4	-9,0	78,3

Fontes: Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade (IIES). INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.



Quadro E

Variação percentual dos montantes médios mensais processados de subsídio de desemprego

	2002-2003	2003-2004	2004-2005
Portugal	3,4	0,2	16,0
Região Norte	3,1	-2,5	17,8
Alto Trás-os-Montes	1,4	1,0	19,9
Ave	4,3	-2,1	16,5
Cávado	-2,2	0,3	17,7
Douro	5,8	0,3	13,8
Entre Douro e Vouga	5,1	-2,1	24,4
Grande Porto	2,3	-3,2	18,4
Minho-Lima	6,9	1,1	13,2
Tâmega	5,2	-6,1	17,0

Fontes: Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade (IIES). INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.

Quadro F

Variação percentual do número de beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido

	2002-2003	2003-2004	2002-2004
Região Norte	-1,3	-14,8	-15,9
Alto Trás-os-Montes	-21,5	-29,3	-44,5
Ave	3,7	-20,5	-17,6
Cávado	-9,3	-25,5	-32,5
Douro	-15,7	-20,9	-33,3
Entre Douro e Vouga	-0,5	-24,7	-25,1
Grande Porto	6,3	-7,8	-2,0
Minho-Lima	-22,2	-27,0	-43,2
Tâmega	4,8	-12,7	-8,5

Fontes: Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade (IIES). INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.

Quadro G

Variação percentual do número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção, por sexo

	2004-2005		
	HM	H	M
Portugal	134,5	135,3	133,8
Região Norte	195,4	195,9	195,0
Alto Trás-os-Montes	101,9	98,7	105,1
Ave	197,6	193,0	201,9
Cávado	154,7	150,2	158,9
Douro	196,4	205,4	188,6
Entre Douro e Vouga	189,7	194,4	185,6
Grande Porto	201,9	200,7	203,1
Minho-Lima	114,6	117,8	112,3
Tâmega	307,8	311,6	304,6

Fontes: Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade (IIES). INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.



Quadro H  
Variação percentual do número de alojamentos familiares clássicos por número de alojamentos e pessoas residentes

	1981 – 1991			1991 – 2001			1981 - 2001		
	Aloja-mentos	Famílias residen-tes	Pessoas residen-tes	Aloja-mentos	Famílias residen-tes	Pessoas residen-tes	Aloja-mentos	Famílias residen-tes	Pessoas residen-tes
Portugal	22,8	8,1	0,6	20,8	16,2	4,8	48,4	25,7	5,4
Região Norte	26,5	12,8	1,4	25,5	20	5,9	58,7	35,4	7,5
Alto Trás-os-Montes	19,8	a)	-13,9	15,3	a)	-5,3	38,2	6,3	-18,5
Ave	29,9	a)	6,4	27,1	a)	10,7	65,1	47,8	17,7
Cávado	37,5	a)	7,6	34,2	a)	11,1	84,6	57,1	19,5
Douro	12,8	a)	-8,5	13,0	a)	-7,3	27,5	3,2	-15,1
Entre Douro e Vouga	31,4	a)	6,6	28,5	a)	9,4	68,9	54,4	12,6
Grande Porto	29,1	a)	4,7	30,6	a)	7,6	48,2	42,4	-2,9
Minho-Lima	26,3	a)	-2,7	17,4	a)	-0,2	53,9	18,8	6,1
Tâmega	23,2	a)	-0,7	24,9	a)	6,9	19,0	32,8	-31,6

Fontes: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

Quadro I  
Índice de lotação dos alojamentos clássicos ocupados como residência habitual, em 2001

	Região Norte	Portugal
Total dos alojamentos	1.182.065	3.551.229
Alojamentos sublotados	633.296	2.020.899
Alojamentos sobrelotados	219.419	568.886

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População*

Quadro J  
Alojamentos clássicos ocupados como residência habitual, cujo ocupante é o proprietário, segundo a existência de encargos por compra.

	1991			2001		
	Aloja-mentos	Ocupados pelo proprietário	Com encargos por compra	Aloja-mentos	Ocupados pelo proprietário	Com encargos por compra
Portugal	3.055.401	1.978.036	441.647	3.551.229	2.688.469	845.625
Região Norte	978.946	596.854	101.553	1.182.065	870.230	250.871
Alto Trás-os-Montes	75.239	60.327	4.087	80.758	72.024	7.465
Ave	122.027	67.654	11.358	154.126	103.419	28.216
Cávado	89.682	62.153	10.093	114.944	91.341	25.317
Douro	73.771	54.851	5.197	76.661	65.927	9.102
Entre Douro e Vouga	69.245	46.973	6.320	87.154	70.494	19.449
Grande Porto	338.881	163.223	50.338	421.426	277.169	127.017
Minho-Lima	74.422	59.548	4.079	82.068	70.269	9.387
Tâmega	135.679	82.125	10.081	164.928	119.587	24.918

Fontes: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.



Quadro K

Variação percentual dos alojamentos clássicos, ocupados como residência habitual, cujo ocupante é o proprietário, segundo a existência de encargos por compra, para as NUTS III

	1991-2001			
	Ocupados pelo proprietário		Com encargos por compra	
	Variação absoluta	Variação percentual	Variação absoluta	Variação percentual
Alto Trás-os-Montes	11.697	19,4	3.378	82,7
Ave	35.765	52,9	16.858	148,4
Cávado	29.188	47,0	15.224	150,8
Douro	11.076	20,2	3.905	75,1
Entre Douro e Vouga	23.521	50,1	13.129	207,7
Grande Porto	113.946	69,8	76.679	152,3
Minho-Lima	10.721	18,0	5.308	130,1
Tâmega	37.462	45,6	14.837	147,2

Fontes: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

Quadro L

Variação percentual do número de alojamentos não clássicos e do número de famílias residentes nesse tipo de alojamento

	1981-1991		1991-2001		1981-2001	
	Alojamentos	Famílias	Alojamentos	Famílias	Alojamentos	Famílias
Portugal	-40,4	-26,7	-1,2	3,7	-41,1	-24,0
Região Norte	-41,2	-27,1	29,3	32,7	-23,9	-10,7
Alto Trás-os-Montes	-44,9	a)	-49,0	a)	-71,9	a)
Ave	-32,7	a)	93,6	a)	30,3	a)
Cávado	-58,9	a)	80,1	a)	-26,0	a)
Douro	-58,4	a)	-40,7	a)	-75,3	a)
Entre Douro e Vouga	-49,0	a)	80,5	a)	-8,0	a)
Grande Porto	-31,3	a)	69,6	a)	16,5	a)
Minho-Lima	-51,4	a)	35,6	a)	-34,1	a)
Tâmega	-15,7	a)	-25,1	a)	-36,8	a)

a) Dado não disponível.

Fontes: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

Quadro M

Variação percentual dos alojamentos familiares de residência habitual, por existência de electricidade, de água canalizada no interior do alojamento e com instalação de banho ou duche

	Com electricidade	Com água canalizada no interior do alojamento		Com instalação de banho ou duche	
	1991-2001	1981-1991	1991-2001	1981-1991	1991-2001
Portugal	18,2	33,4	30,9	56,5	33,0
Região Norte	22,6	51,6	36,4	70,7	44,5
Alto Trás-os-Montes	10,4	62,0	24,5	132,0	44,0
Ave	25,8	57,4	47,4	91,1	47,7
Cávado	30,4	56,2	50,4	96,8	50,1
Douro	7,7	70,7	26,7	17,6	39,1
Entre Douro e Vouga	27,0	48,2	46,8	81,7	66,4
Grande Porto	25,2	27,8	36,5	50,8	37,8
Minho-Lima	12,8	50,4	30,4	76,9	33,3
Tâmega	25,5	75,8	68,3	128,2	68,5

Fontes: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.



Quadro N  
Variação dos alojamentos familiares de residência habitual com sistema de esgotos

	1981-1991	
	Variação absoluta	Variação percentual
Portugal	723.869	25,9
Região Norte	293.256	33,6
Alto Trás-os-Montes	25.040	46,2
Ave	39.775	35,3
Cávado	30.493	36,6
Douro	16.438	28,6
Entre Douro e Vouga	20.915	32,1
Grande Porto	95.165	29,1
Minho-Lima	16.309	25,7
Tâmega	49.121	45,1

Fontes: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

Quadro O  
Distribuição percentual dos alojamentos de residência habitual, sem as infra-estruturas básicas, em 2001

	Sem electricidade	Não tem água canalizada	Não tem instalação de banho ou duche	Sem retrete no alojamento	Sem sistema de esgotos	Não tem cozinha
Portugal	0,5	1,5	6,3	2,5	1,7	0,3
Região Norte	0,4	1,9	8,2	2,5	2,0	0,3
Alto Trás-os-Montes	0,8	1,9	10,9	7,8	2,2	0,3
Ave	0,2	1,6	6,7	1,4	1,6	0,2
Cávado	0,3	1,3	6,0	1,4	1,4	0,2
Douro	0,8	4,0	13,6	6,3	4,2	0,5
Entre Douro e Vouga	0,2	1,7	7,4	1,6	1,8	0,2
Grande Porto	0,1	0,6	5,8	0,9	0,7	0,3
Minho-Lima	0,8	2,9	10,0	4,1	3,2	0,2
Tâmega	0,5	4,2	13,2	3,3	4,5	0,3

Fontes: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.



## Bibliografia

ALMEIDA, Ana Nunes; GUERREIRO, Maria das Dores; LOBO, Cristina; TORRES, Anália; e WALL, Karin (1998) – Relações familiares: mudança e diversidade. In VIEGAS, J. M. Leite; COSTA, António Firmino da – *Portugal, que modernidade?*. Oeiras: Celta Editora. p. 45-78.

ALMEIDA, João Ferreira [et al.] (1996) – Recomposição social e novos protagonismos. In REIS, António, org. - *Portugal – 20 anos de democracia*. Lisboa: Círculo dos Leitores. p. 307-330.

ALMEIDA, João Ferreira [et al.] (2000) – *Competitividade e exclusão social: as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto*. CIES/ DINÂMIA/ Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Fundação para a Ciência e Tecnologia: Programa Praxis XXI.

ALMEIDA, João Ferreira [et al.] (1992) – *Exclusão social: factores e tipos de pobreza em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.

BARRETO, António, org. (1996) - *A situação social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: ICS.

BOYER, Robert (2000) – Reformas institucionais para o crescimento, emprego e coesão social: elementos para uma agenda europeia. In BOYER, Robert [et al.] – *Para uma Europa da inovação e do conhecimento*. Oeiras: Celta Editora. p. 127-180.

BUSTILLHO, Rafael Muñoz, eds. (2000) – *El Estado de bienestar en el cambio de siglo. Una perspectiva comparada*. Espanha: Alianza Editorial.

CABRAL, Manuel Villaverde (1997) – *Cidadania política e equidade social em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.

CAMPOS, António Correia (2000) – *Solidariedade sustentada: reformar a Segurança Social*. Lisboa: Gradiva.

CAPUCHA, Luís (2005) – *Desafios da Pobreza*. Oeiras: Celta Editora.

CAPUCHA, Luís [et al.], coord. (2005a) – *Formulação de propostas de concepção estratégica das intervenções operacionais no domínio da inclusão social – Relatório final [Em linha]*. Lisboa: Direcção Geral e Desenvolvimento Regional e Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. [Consult. 17 Maio 2007]. Disponível em <http://www.qren.pt/download.php?id=69>.

CAPUCHA, Luís (2000) – Exclusão profissional, exclusão social e cidadania. In VIEGAS, José Manuel Leite; DIAS, Eduardo Costa, org. – *Cidadania, integração, globalização*. Oeiras: Celta Editora. p. 187-201.



CARREIRA, Henrique Medina (1996) – As políticas sociais em Portugal. In BARRETO, António, org. - *A situação social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: ICS. p. 365-477.

CARVALHO, Alda de Caetano; MATIAS, Sérgio (2001) – *Índices de desenvolvimento para as regiões portuguesas – 2001* [Em linha]. Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planeamento. [Consult. 17 Maio 2007]. Disponível em [http://www.dpp.pt/gestão/ficheiros/indice\\_desenvolvimento.pdf](http://www.dpp.pt/gestão/ficheiros/indice_desenvolvimento.pdf)

CHORINCAS, Joana (2003) – *Dinâmicas regionais em Portugal – Demografia e Investimentos* [Em linha]. Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planeamento. [Consult. 23 Mar. 2007]. Disponível em [http://www.dpp.pt/gestão/ficheiros/dinâmicas\\_regionais.pdf](http://www.dpp.pt/gestão/ficheiros/dinâmicas_regionais.pdf).

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE (2006) – *NORTE 2015: Competitividade e Desenvolvimento – Uma Visão Estratégica* [Em linha]. Porto: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. [Consult. 14 Dez. 2006]. Disponível em <http://www.ccr-norte.pt/regnorte/norte2015.php>.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE (2007) – *Programa Operacional do Norte 2007-2013* [Em linha]. Porto: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. [Consult. 12 Fev. 2007]. Disponível em <http://www.ccr-norte.pt/regnorte/norte2015.php>.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO REGIONAL DO NORTE (1998) – *Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006. Diagnóstico Prospectivo da Região Norte*. Porto: Comissão de Coordenação Regional do Norte.

CÓNIM, Custódio N. P. S. (2002) – *População e desenvolvimento humano: uma perspectiva de quantificação (1970-1999)* [Em linha]. Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planeamento. [Consult. 05 Mar. 2007]. Disponível em [http://www.dpp.pt/gestao/ficheiros/pdh\\_70-99.pdf](http://www.dpp.pt/gestao/ficheiros/pdh_70-99.pdf).

CÓNIM, Custódio N. P. S. (1999) – *População e desenvolvimento humano: uma perspectiva de quantificação* [Em linha]. Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planeamento. [Consult. 15 Jun. 2007]. Disponível em <http://www.dpp.pt/gestao/ficheiros/pdh.pdf>.

CÓNIM, Custódio N. P. S. (1998) – *Desenvolvimento humano: uma perspectiva de sistematização (1970-1995)* [Em linha]. Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planeamento. [Consult. 15 Jun. 2007]. Disponível em [http://www.dpp.pt/gestao/ficheiros/des\\_humano.pdf](http://www.dpp.pt/gestao/ficheiros/des_humano.pdf).

COSTA, Alfredo Bruto da (2000) – *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva.

COSTA, Alfredo Bruto da [et al.] (1999) – *Pobreza e exclusão social em Portugal: a área metropolitana do Porto* [Em linha]. Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planeamento. [Consult. 02 Fev. 2007]. Disponível em [http://www.dpp.pt/gestao/ficheiros/pobreza\\_amp.pdf](http://www.dpp.pt/gestao/ficheiros/pobreza_amp.pdf).



COSTA, A.; MAIA, F. (1985) – *A Segurança Social em Portugal: principais características e análise dos seus efeitos redistributivos*. Lisboa: Desenvolvimento2.

DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO / MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE (2002) – *Portugal 1995-2000, Perspectivas de evolução social*. Oeiras: Celta Editora/DEPP.

ESPING-ANDERSEN, G. (2000) – Um Estado-providência para o século XXI: Sociedades em envelhecimento, economias baseadas no conhecimento e sustentabilidade dos Estados-providência europeus. In BOYER, R. [et al.] – *Para uma Europa da inovação e do conhecimento*. Oeiras: Celta Editora. p. 79-125.

ESPING-ANDERSEN, G. (1996) – *Welfare States in Transition. National Adaptations in Global Economies*. Londres: Sage.

ESPING-ANDERSEN, G. (1990) – *The three worlds of welfare capitalism*. Cambridge: Polity Press.

FERRÃO, João (1989) – Recomposição social: surpresas e confirmações. In REIS, António, dir. – *Portugal Contemporâneo*. Vol. 5. Lisboa: Alfa. p. 167-189.

FERRÃO, João (1992) – As fragilidades do processo de modernização social. In REIS, António, dir. – *Portugal Contemporâneo*. Vol. 6. Lisboa: Alfa. p. 245-267.

FERRÃO, João (1996) – Três décadas de consolidação do Portugal democrático moderno. In BARRETO, António, org. - *A situação social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: ICS. p. 165-189.

FERREIRA, Leonor Vasconcelos (2005) – *Dinâmica de rendimentos, persistência da pobreza e políticas sociais em Portugal*. Porto: FEP – Working Papers.

FERREIRA, Leonor Vasconcelos (2000) – *Distribuição do rendimento e pobreza: a Região Norte no contexto nacional entre 1990 e 1995* [Em linha]. Lisboa: INE. [Consult. 015 Fev. 2007]. Disponível em <http://www.ine.pt>.

FERRERA, Maurizio [et al.] (2000) – *O Futuro da Europa Social*. Oeiras: Celta Editora.

FITOUSSI, Jean-Paul; ROSANVALLON, Pierre (1997) – *A nova era das desigualdades*. Oeiras: Celta Editora.

GALLIE, Duncan; PAUGAM, Serge, orgs. (2000) – *Welfare Regimes and the experience of unemployment in Europe*. Oxford/New York: Oxford University Press.

GONÇALVES, Carlos Manuel (2002) - Desemprego e Desemprego de Longa Duração. In FERNANDES, António Teixeira, coord. - *A inserção social: percursos e desvios de um processo*. Porto: CCRN. p. 107-182.



GONÇALVES, Carlos Manuel (2003) – Emprego e Desemprego: algumas notas de reflexão. In *Sociedade Portuguesa. Passados recentes e futuros próximos. Actas do IV Congresso Português de Sociologia*. Lisboa: APS. [CD-ROM].

GONÇALVES, Carlos Manuel (2005) – Evoluções recentes do desemprego em Portugal. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, nº 15, p. 125-163.

HESPANHA, Maria José (1993) – Para além do Estado: a saúde e a velhice na Sociedade-Providência. In SANTOS, Boaventura S., org. - *Um Retrato Singular*. Porto: Edições Afrontamento.

HESPANHA, P. [et al.] (2000) – *Entre o Estado e o Mercado – as fragilidades das instituições de protecção social em Portugal*. Coimbra: Quarteto Editora.

INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL; I.P.; GEOIDEIA (2005) – *Tipificação das situações de exclusão em Portugal continental* [Em linha]. Lisboa: ISS, I.P. [Consult. 06 Jan. 2007]. Disponível em <http://panda.igeo.pt/pancd/pdfs/Exclusao.pdf>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1998) – *Retrato das Regiões: Portugal*. Lisboa: INE.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1999) – *As gerações mais idosas*. Lisboa: INE.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2003) – *Portugal Social, 1991-2001*. Lisboa: INE.

MACHADO, Fernando; COSTA, António Firmino da (1998) – Processos de uma modernidade inacabada. In VIEGAS, José Leite; COSTA, António Firmino da – *Portugal, que modernidade?*. Oeiras: Celta Editora. p. 11-33.

MAIA, M. Fernando (1985) – *Segurança Social em Portugal*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

MELO, Carla (s/d) – *A habitação na Região do Norte (1981-1991)* [Em linha]. Lisboa: INE. [Consult. 16 Mar. 2007]. Disponível em <http://www.ine.pt>.

MENDES, Francisco Ribeiro (2005) – *Conspiração grisalha: segurança social, competitividade e gerações*. Oeiras: Celta Editora.

MISHRA, Ramesh (1999) – Para além dos Estados-Nação: A política na era da globalização. *Cadernos de Política Social*. Lisboa: APS. 1. 165-192.

MISHRA, Ramesh (1995) – *O Estado-Providência na sociedade capitalista*. Oeiras: Celta Editora.

MORAIS, I., coord. (1997) – *Caracterização do Programa Especial de Realojamento na Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa: Junta Metropolitana de Lisboa.



MOURÃO, Paulo Reis (2004) – *As disparidades regionais em Portugal: uma sugestão a partir dos índices sintéticos* [Em linha]. Braga: Universidade do Minho – Núcleo de investigação em políticas económicas. [Consult. 17 Jun. 2007]. Disponível em [http://www2.eeg.uminho.pt/economia/nipe/docs/2004/NIPE\\_WP\\_2\\_2004.pdf](http://www2.eeg.uminho.pt/economia/nipe/docs/2004/NIPE_WP_2_2004.pdf).

MOZZICAFREDO, Juan (2000) – *Estado-Providência e Cidadania em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.

RODRIGUES, Eduardo Vítor (2002) – Factores e mecanismos de vulnerabilidade social. In FERNANDES, António Teixeira, coord. - *A inserção social: percursos e desvios de um processo*. Porto: CCRN. p. 13-103.

RODRIGUES, Eduardo Vítor (2000) – O Estado-Providência e os processos de exclusão social. *Sociologia – Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Vol. 10, p. 173-200.

RODRIGUES, Fernanda, coord. (2006) – *Norte 2015 – Inclusão Social* (Relatório Final) [Em linha]. Porto: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. [Consult. 05 Fev. 2006]. Disponível em <http://www.ccr-norte.pt/regnorth/norte2015.php>.

RODRIGUEZ-CABRERO, G. (1997) – Por un nuevo contrato social: El desarrollo de la reforma social en el ámbito de la Unión Europea. In MORENO, Luis, ed. - *Unión Europea Y Estado del bienestar*. Madrid: CSIC. p. 3-30

ROSA, Maria João Valente (1996) – O envelhecimento e as dinâmicas demográficas da população portuguesa a partir de 1960: dos dados ao dilema. In BARRETO, António, org. - *A situação social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: ICS. p. 191-212.

ROSANVALLON, Pierre (s/d) – *A crise do Estado-Providência*. Lisboa: Editorial Inquérito.

ROSANVALLON, Pierre (1995) – *La nouvelle question sociale – Repenser l'Etat-providence*. Paris: Les Éditions de Seuil.

ROSANVALLON, Pierre; FITOUSSI, Jean-Paul (1997) – *A nova era das desigualdades*. Oeiras: Celta Editora.

SANTOS, Boaventura Sousa (1993) – *Portugal: um retrato singular*. Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, B. de Sousa (1987) – O Estado, a sociedade e as políticas sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 23. 13-74.

SANTOS, Boaventura Sousa (1990) – *O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, Boaventura Sousa (1993) – *Portugal: um retrato singular*. Porto: Edições Afrontamento.



SANTOS, B. Sousa; BENTO, Maria; GONELLA, Maldonado; COSTA, Alfredo Bruto da (1998) – *Uma visão solidária da reforma da Segurança Social*. Coimbra: União das Mutualidades Portuguesas, CES, FEUP.

SANTOS, Boaventura Sousa (1999) – *A reinvenção solidária e participativa do Estado*. Coimbra: Oficinas do CES, FEUP. 134.

SANTOS, Boaventura S. (1999a) – *O Estado-Providência em Portugal: entre globalizações conflituantes*. Coimbra: Oficinas do CES, FEUP. 140.

SILVA, Pedro Adão e (2002) – O modelo de Welfare da Europa do Sul: reflexões sobre a utilidade do conceito. *Sociologia, Problemas e Práticas*. 38. p. 25-59.

VIEIRA, Lizi (1998) – *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro: Record.